

GOVERNO DO PIAUÍ

Diário Oficial



ANO LXXXVII - 129º DA REPÚBLICA

Teresina(PI), Quarta-feira, 2 de maio de 2018 • Nº 81

LEIS E DECRETOS



LEI Nº 4.114, DE 02 DE MAIO DE 2018

Altera o anexo II da Lei nº 6.299, de 07 de março de 2013, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O cargo de Gestor Público do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Administração e Previdência, previsto na Lei nº 6.299 de 07 de março de 2013, passa a denominar-se Gestor Governamental.

Art. 2º As tabelas I e II do Anexo II, da Lei nº 6.299 de 07 de março de 2013, passam a vigorar com a redação a seguir:

“ANEXO II

QUANTIDADE DE CARGOS POR CLASSE

Tabela I
GESTOR GOVERNAMENTAL

CLASSE	VAGAS
I	13
II	9
III	4
ESPECIAL	4
TOTAL	30

Tabela II
ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

CLASSE	VAGAS
I	15
II	3
III	1
ESPECIAL	1
TOTAL	20

“(NR)”

Art. 3º A posse nos cargos iniciais de Gestor Governamental e de Analista de Planejamento e Orçamento nomeados em virtude do concurso regido pelo edital e dará na forma desta Lei.

§ 1º Para os candidatos nomeados em decorrência das alterações na estrutura de carreira decorrente desta Lei, constitui impedimento a posse em data anterior ao dia 10 de novembro de 2018.

§ 2º Para os efeitos dessa Lei, considera-se como término do impedimento para a posse a data referida no § 2º deste artigo.

§ 3º O escalonamento da posse dá-se em adequação ao impacto financeiro-orçamentário, observada a ordem de classificação para o respectivo cargo.

Art. 4º O § 1º da Lei nº 6.772, de 02 de março de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

§ 1º A presente lei não é aplicada à Secretaria de Estado da Fazenda do Piauí, à Procuradoria Geral do Estado do Piauí, à Controladoria do Estado do Piauí, à Polícia Civil do Estado do Piauí, à Polícia Militar do Estado do Piauí, à Universidade Estadual do Piauí, aos cargos de Gestor Governamental do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Administração e Previdência e aos cargos de Analista de Planejamento e Orçamento, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado do Planejamento”. (NR)

Art. 5º Os efeitos financeiros desta Lei ficam condicionados ao atendimento dos requisitos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e ao novo regime fiscal do Estado do Piauí.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 02 de MAIO de 2018.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETARIA DE GOVERNO

Of. 217



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO **DECRETO DE 02 DE MAIO DE 2018**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, e considerando o contido no processo nº 0016381/2018, de 05 de abril de 2018, da Secretaria da Educação, registrado sob o AP.010.1.002842/18-64,

RESOLVE exonerar, a pedido, de conformidade com o disposto no art. 55, da Lei Complementar nº 71, de 26 de julho de 2006, combinado com o disposto no **caput** do art. 34, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, **CLÁUDIO JOSÉ ARAÚJO SILVA**, do cargo efetivo de Professor SE, nível III, matrícula nº 105299-3, do quadro de pessoal da Secretaria da Educação, com efeitos retroativos a partir de 05 de abril de 2018, com ressalva que o servidor cumpriu com o prazo de permanência no exercício da função na rede estadual de ensino por igual período que passou afastado para curso de mestrado, conforme item 7.13 do Edital 002/2014.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA **DECRETOS DE 26 DE ABRIL DE 2018**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, **RESOLVE**

EXONERAR, DE OFÍCIO, de conformidade com o disposto no art. 34, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

MARILDA CAVALCANTE MARIANO TORRES, do Cargo em Comissão, de Coordenador Técnico, símbolo DAS-2, da Secretaria de Segurança Pública, com efeitos a partir de 28 de Abril de 2018.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual, **RESOLVE**

NOMEAR de conformidade com o disposto no inciso II, do art. 10, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

MARIA CAROLINA SANTOS MELO, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador Técnico, símbolo DAS-2, da Secretaria de Segurança Pública, com efeitos a partir de 28 de Abril de 2018.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ **DECRETO DE 26 DE ABRIL DE 2018**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual, **RESOLVE**

NOMEAR de conformidade com o disposto no inciso II, do art. 10, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

LARISSA DE OLIVEIRA NEIVA, para exercer o Cargo em Comissão, de Assessor Técnico II, símbolo DAS-3, do Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí, com efeitos a partir de 02 de Abril de 2018.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO **DECRETOS DE 25 DE ABRIL DE 2018**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, **RESOLVE**

EXONERAR, DE OFÍCIO, de conformidade com o disposto no art. 34, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

MARYNA CHRISTIANS WERCKLOSE DE ARAÚJO, do Cargo em Comissão, de Assistente de Serviços II, símbolo DAS-2, da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, com efeitos a partir de 02 de Abril de 2018.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual, **RESOLVE**

NOMEAR de conformidade com o disposto no inciso II, do art. 10, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

MARYNA CHRISTIANS WERCKLOSE DE ARAÚJO, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador Financeiro, símbolo DAS-2, da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, com efeitos a partir de 02 de Abril de 2018.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO **DECRETO DE 26 DE ABRIL DE 2018**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual, **RESOLVE**

NOMEAR de conformidade com o disposto no inciso II, do art. 10, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

RUBENS FRANCO SILVA, para exercer o Cargo em Comissão, de Diretor de Operações de Crédito, símbolo DAS-4, da Secretaria de Planejamento, com efeitos a partir de 26 de Abril de 2018.

Of. 218

DISPOSIÇÕES

COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTES PÚBLICOS - CMTP **DECRETO DE 02 DE MAIO DE 2018**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, art. 102, da Constituição Estadual, e o contido no Ofício SESAPI/GAB. Nº 678/2018, de 07 de março de 2018, da Secretaria da Saúde, AP.010.1.001777/18-68,

RESOLVE de conformidade com o disposto no Art. 100, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, na redação dada pela Lei nº 6.290, de 19 de dezembro de 2012, combinado com o Decreto nº 15.085, de 18 de fevereiro de 2013, colocar o servidor **FRANCISCO DE ASSIS BORGES MORAES**, Agente de Estação, Matrícula nº 037233-1, pertencente ao quadro de pessoal da Companhia Metropolitana de Transportes Públicos - CMTP à disposição da Secretaria da Saúde - SESAPI, a partir de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018, com ônus para o órgão de origem.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PIAUÍ - EMATER/PI **DECRETOS DE 02 DE MAIO DE 2018**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, art. 102, da Constituição Estadual, e o contido no Ofício nº 026/2018, de 15 de fevereiro de 2018, da Coordenadoria de Fomento à Irrigação,

R E S O L V E de conformidade com o disposto no Art. 100, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, na redação dada pela Lei nº 6.290, de 19 de dezembro de 2012, combinado com o Decreto nº 15.085, de 18 de fevereiro de 2013, colocar o servidor **JONAS ALVES DOS SANTOS**, Técnico em Agropecuária, Matrícula nº 169241-X, pertencente ao quadro de pessoal do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí – **EMATER/PI** à disposição da **Coordenadoria de Fomento à Irrigação, a partir de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018, com ônus para o órgão requisitante.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, art. 102, da Constituição Estadual, e o contido no Ofício GSE nº 0105/2017, de 15 de fevereiro de 2017, AP.010.1.001785/17-11, e Declaração datada de 25 de abril de 2018, ambos da Secretaria de Educação,

R E S O L V E de conformidade com o disposto no Art. 100, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, na redação dada pela Lei nº 6.290, de 19 de dezembro de 2012, combinado com o Decreto nº 15.085, de 18 de fevereiro de 2013, colocar a servidora **FRANCISCA MARIA VIEIRA LEAL LISBOA**, Extensionista Rural I, Matrícula nº 022593-2, pertencente ao quadro de pessoal do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí – **EMATER/PI** à disposição da Secretaria de Educação - **SEDUC**, para fins de regularização e assentamento funcional, com efeitos retroativo **a contar de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2018, com ônus para o órgão requisitante.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, art. 102, da Constituição Estadual, e o contido no Ofício nº 15.101-045/2018-GS, de 22 de janeiro de 2018, da Secretaria do Desenvolvimento Rural, AP.010.1.000589/18-10, e no Ofício GAB.DIGER/127/2018, de 27 de fevereiro de 2018, do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí-**EMATER/PI**,

R E S O L V E de conformidade com o disposto no Art. 100, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, na redação dada pela Lei nº 6.290, de 19 de dezembro de 2012, combinado com o Decreto nº 15.085, de 18 de fevereiro de 2013, colocar o servidor

JOSÉ PESSOA NETO, Extensionista Rural I, Matrícula nº 022782-0, pertencente ao quadro de pessoal do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí – **EMATER/PI** à disposição da Secretaria do Desenvolvimento Rural - **SDR, a partir de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018, com ônus para o órgão requisitante.**

MATIAS RIBEIRO CABRAL, Extensionista Rural II, Matrícula nº 022264-0, pertencente ao quadro de pessoal do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí – **EMATER/PI** à disposição da Secretaria do Desenvolvimento Rural - **SDR, a partir de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018, com ônus para o órgão requisitante.**

FRANCISCO BATISTA PONTES, Extensionista Rural I, Matrícula nº 022316-6, pertencente ao quadro de pessoal do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí – **EMATER/PI** à disposição da Secretaria do Desenvolvimento Rural - **SDR, a partir de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018, com ônus para o órgão requisitante.**

GENIVAL ASSIS DE OLIVEIRA, Extensionista Rural II, Matrícula nº 177217-1, pertencente ao quadro de pessoal do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí – **EMATER/PI** à disposição da Secretaria do Desenvolvimento Rural - **SDR, a partir de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018, com ônus para o órgão requisitante.**

ANANIAS ALVES DASILVA, Extensionista Rural II, Matrícula nº 022206-2, pertencente ao quadro de pessoal do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí – **EMATER/PI** à disposição da Secretaria do Desenvolvimento Rural - **SDR, a partir de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018, com ônus para o órgão requisitante.**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SEDUC DECRETO DE 02 DE MAIO DE 2018

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, art. 102, da Constituição Estadual, e o contido no Ofício nº 243/18-GAB/SASC, de 20 de março de 2018, da Secretaria de Assistência Social e Cidadania, AP.010.1.002168/18-00,

R E S O L V E de conformidade com o disposto no Art. 100, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, na redação dada pela Lei nº 6.290, de 19 de dezembro de 2012, combinado com o Decreto nº 15.085, de 18 de fevereiro de 2013, colocar a servidora **MARIA CLÉSICA RIBEIRO DE ALMEIDA NETA**, Professor SL-I, Matrícula nº 107492-0, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação - **SEDUC**, à disposição da Secretaria de Assistência Social e Cidadania - **SASC**, com efeitos **a partir de 08 de fevereiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018,**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, art. 102, da Constituição Estadual, e o contido no Ofício nº 002/2018/DAF, de 8 de janeiro de 2018, da Superintendência de Representação do Piauí em Brasília, AP.010.1.000233/18-91,

R E S O L V E de conformidade com o disposto no Art. 100, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, na redação dada pela Lei nº 6.290, de 19 de dezembro de 2012, combinado com o Decreto nº 15.085, de 18 de fevereiro de 2013, colocar o servidor **HELSON JOSÉ DE ARAÚJO BARBALHO COSTA**, Técnico Nível Médio I, Matrícula nº 063672-0, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação - **SEDUC**, à disposição da Secretaria de Governo – **SEGOV/SURPI**, com efeitos **a partir de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018, com ônus para o órgão requisitante.**

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA - SASC DECRETO DE 02 DE MAIO DE 2018

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, art. 102, da Constituição Estadual, e o contido no Ofício Gabinete nº 0570/2018, de 26 de fevereiro de 2018, da Secretaria da Saúde, AP.010.1.001658/18-87,

R E S O L V E de conformidade com o disposto no Art. 100, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, na redação dada pela Lei nº 6.290, de 19 de dezembro de 2012, combinado com o Decreto nº 15.085, de 18 de fevereiro de 2013, colocar a servidora **CRISTIANE MARIA FERRAZ**



DAMASCENO MOURA FÉ, Assistente Social, Matrícula nº 181042-1, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Assistência Social e Cidadania – **SASC**, à disposição da Secretaria da Saúde - **SESAPI**, a partir de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018, com ônus para o órgão requisitante.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DECRETO DE 02 DE MAIO DE 2018

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, art. 102, da Constituição Estadual, e o contido no Ofício nº 317/2018-GAB/SEJUS, de 11 de abril de 2018, da Secretaria de Justiça, AP010.1.002638/18-60,

R E S O L V E de conformidade com o disposto no Art. 100, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, na redação dada pela Lei nº 6.290, de 19 de dezembro de 2012, combinado com o Decreto nº 15.085, de 18 de fevereiro de 2013, colocar o servidor **JOAQUIM SANTANA NETO**, Técnico em Contabilidade, Matrícula nº 078801-5, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Segurança Pública à disposição da Secretaria de Justiça – **SEJUS**, a partir de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018, com ônus para o órgão requisitante.

EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ - EMGERPI

DECRETOS DE 02 DE MAIO DE 2018

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, art. 102, da Constituição Estadual, e o contido no Ofício nº 217/2018-GAB/PRE, de 16 de março de 2018, da Empresa de Gestão de recursos do Estado do Piauí S/A, AP.010.1.002290/18-21,

R E S O L V E de conformidade com o disposto no Art. 100, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, na redação dada pela Lei nº 6.290, de 19 de dezembro de 2012, combinado com o Decreto nº 15.085, de 18 de fevereiro de 2013, colocar o servidor **CLEMILTON COSTADA SILVA SANTOS**, Impressor Off-Set, Matrícula nº 025124-X, pertencente ao quadro de pessoal da Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí S/A - **EMGERPI** à disposição do Instituto de Terras do Piauí - **INTERPI**, a partir de 26 de fevereiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018, com ônus para o órgão de origem.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, art. 102, da Constituição Estadual, e o contido no Ofício nº 15.101.403/2018-GS, de 11 de abril de 2018, da Secretaria do Desenvolvimento Rural – **SDR**, AP.010.1.002657/18-56,

R E S O L V E cessar os efeitos, a partir de 11 de abril de 2018, da disposição do servidor **DENISON SOARES PIRES DE CASTRO**, Assistente Administrativo, Matrícula nº 025371-5, pertencente ao quadro de pessoal da Empresa de Gestão de Recursos do Piauí - **EMGERPI** à disposição da Secretaria do Desenvolvimento Rural – **SDR**, constante do **Anexo Único**, do decreto datado de 26

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, art. 102, da Constituição Estadual e tendo em vista o que consta do Ofício nº 41/2018-98ºZE/PI, de 08 de março de 2018, do Juízo Eleitoral da 98ª Zona, do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, e no Ofício nº 217/2018-GAB/PRE, de 16 de março de 2018, da Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí S/A, AP.010.1.002290/18-21,

R E S O L V E de conformidade com o disposto no Art. 100, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, na redação dada pela Lei nº 6.290, de 19 de dezembro de 2012, e Decreto nº 15.085, de 18 de fevereiro de 2013, combinado com a Lei Federal nº 6.999, de 07 de junho de 1982, e Resolução do TSE nº 23.523/2017 e TRE/PI nº 259/2013, colocar à disposição do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí/98ª Zona Eleitoral, a partir de 19 de março até 31 de dezembro de 2018, com ônus para o órgão de origem, a servidora **MARIA DO SOCORRO SOUZA FONTENELE**, Auxiliar Administrativo, Matrícula nº 025480-X, do quadro de pessoal da Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí S/A – **EMGERPI**.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA - SEADPREV

DECRETOS DE 02 DE MAIO DE 2018

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, art. 102, da Constituição Estadual, e o contido no Processo AA.002.1.002724/18-69, de que trata o Ofício GAB. SEADPREV. Nº 680/18, de 16 de abril de 2018, da Secretaria de Administração e Previdência, AP.010.1.002846/18-25,

R E S O L V E de conformidade com o disposto no Art. 100, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, na redação dada pela Lei nº 6.290, de 19 de dezembro de 2012, combinado com o Decreto nº 15.085, de 18 de fevereiro de 2013, colocar a servidora **MARIA DA CONCEIÇÃO LOPES DE SOUZA**, Agente Administrativo II – Agente Técnico de Serviço, Matrícula nº 001068-5, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Administração e Previdência - **SEADPREV**, à disposição da Controladoria Geral do Estado – **CGE**, com efeitos a partir de 02 de abril de 2018 até 31 de dezembro de 2018, com ônus para o órgão requisitante.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, art. 102, da Constituição Estadual, e o contido no Processo AA.002.1.000871/18-68, da Secretaria de Administração e Previdência, e no Ofício nº 154/2018-GAB, de 19 de abril de 2018, da Secretaria Estadual de Defesa Civil,

R E S O L V E de conformidade com o disposto no Art. 100, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, na redação dada pela Lei nº 6.290, de 19 de dezembro de 2012, combinado com o Decreto nº 15.085, de 18 de fevereiro de 2013, colocar a servidora **JOILDA DE SOUSA CARVALHO**, Técnico Especializado – Agente Superior de Serviço, Matrícula nº 000355-7, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Administração e Previdência - **SEADPREV**, à disposição da Secretaria de Estado da Defesa Civil – **SEDEC/PI**, para fins de regularização e assentamento funcional, com efeitos retroativo a contar de 01 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2018, com ônus para o órgão requisitante.

PORTARIAS E RESOLUÇÕES



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA GSF Nº 82 / 2018 Teresina (PI), 25 de abril de 2018.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 109, II da Constituição do Estado do Piauí.

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora KÁTIA REGINA DE OLIVEIRA ATAÍDES, Técnico da Fazenda Estadual, Mat. 003.108-9, como Tomador de Suprimento de Fundos, da Unidade de Fiscalização de Mercadorias de Trânsito – UNITRAN, até ulterior deliberação.

Cientifique-se,
Cumpra-se,
Publique-se.

Rafael Tajra Fonteles
SECRETÁRIO DA FAZENDA

PORTARIA GSF Nº 83 / 2018 Teresina (PI), 25 de abril de 2018.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 109, II da Constituição do Estado do Piauí.

RESOLVE:

DISPENSAR a servidora ISABEL PIRES DA COSTA LIMA, Técnico da Fazenda Estadual, Mat. 167.000-0, como Tomador de Suprimento de Fundos, da Unidade de Fiscalização de Mercadorias de Trânsito – UNITRAN, até ulterior deliberação.

Cientifique-se,
Cumpra-se,
Publique-se.

Rafael Tajra Fonteles
SECRETÁRIO DA FAZENDA

Of. 125

PORTARIA GSF Nº 080/2018

Teresina-PI, 25 de abril de 2018.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 109, II, da Constituição do Estado do Piauí, tendo em vista o disposto no art. 91 da Lei Complementar nº 13/1994, e

CONSIDERANDO a regulamentação da concessão de Licença para Capacitação dos servidores públicos do Estado do Piauí, nos termos do Decreto Estadual nº 15.299, de 12 de agosto de 2013.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder 90 (noventa) dias para gozo de Licença para Capacitação, pelo período de **16/07/2018 a 13/10/2018**, referente ao quinquênio de 19/02/2009 a 18/02/2014, ao servidor **JOSE RODRIGUES DE ABREU FILHO**, ocupante do cargo de Técnico da Fazenda Estadual, Mat.1431633, matriculado na Universidade Corporativa - Unieducar, para participar do curso de capacitação em Direito Tributário, conforme Processo nº 0099.000.00010/2018-0.

Art.2º. Fica o servidor obrigado a apresentar, ao final da atividade, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, comprovante de frequência no curso ou certificado de conclusão e, ou, relatório circunstanciado.

Art.3º. O descumprimento do disposto no art.2º desta Portaria, poderá acarretar a instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar, nos termos da legislação vigente.

Art.4º. Durante a licença para capacitação é vedado o pagamento de gratificações e adicionais pagos em razão da efetiva prestação de serviço, tais como gratificação pela prestação de serviço extraordinário,

adicional noturno, gratificação pelo exercício de atividades insalubres, perigosas e penosas ou qualquer outra vantagem condicionada à efetiva prestação do serviço, não se aplicando a vedação à gratificação de incremento da arrecadação, nos termos do art.31, III, "d", e V, da Lei Complementar Estadual nº 62/2005.

Art.5º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Rafael Tajra Fonteles
SECRETÁRIO DA FAZENDA

PORTARIA GSF Nº. 081/2018

Teresina-PI, 25 de abril de 2018.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que dispõe o art. 164, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Designar os servidores **SAINT CLAIR DE HOLANDA CAVALCANTE NETO**, Auditor Fiscal da Fazenda Estadual, Mat.0880027–**Presidente**; **ALONSO OZORIO DA ROCHA LUCENA**, Técnico da Fazenda Estadual, Mat. 1615149 – **Secretário** e **ALEXANDRE ATILIO RAMOS DE ALENCAR**, Técnico da Fazenda Estadual, Mat.0030287–**Membro**, para comporem **COMISSÃO DE SINDICÂNCIA PUNITIVA**, nos termos do §3º, e inciso II, do §4º, todos do art.164, da Lei Complementar nº 13/94, com a finalidade de assegurar o contraditório e a ampla defesa, ao servidor **RAIMUNDO VIEIRA CARDOSO NETO**, Técnico da Fazenda Estadual, Mat.0403083, conforme o processo nº.1086.002.00047/2017-1, e Relatório da CSD, de 06/04/2018.

Cientifique-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

Rafael Tajra Fonteles
SECRETÁRIO DA FAZENDA

Of. 126

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAPI
HOSPITAL INFANTIL LUCÍDIO PORTELA
DIRETORIA GERAL



PORTARIA Nº. 15/2018, DE 26 DE ABRIL DE 2018.

O DIRETOR GERAL DO HOSPITAL INFANTIL LUCÍDIO PORTELA, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que dispõe o art. 1º, § 2º da Lei 6.560, de 22 de julho de 2014, que altera a Lei Complementar nº 38, de 24 de março de 2004,

RESOLVE:

I – Revogar a Portaria Nº 02/2016, de 11 de janeiro de 2016, e constituir a nova “**Comissão de Avaliação de Desempenho dos Servidores – CADES**”, que será composta pelos servidores abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, procederem à Avaliação de Desempenho dos Servidores deste órgão:

- 1) Leiva de Souza Moura – matrícula nº 178710-1 (Médico);
- 2) Emília Maria Silva Alves – matrícula nº 197614-1 (Enfermeira);
- 3) Francilide Jeane Soares Lima - matrícula nº 207950-X (Aux. de Serviço);
- 4) Francisco Klébert Brito de Sousa – matrícula nº 2079453 (Vigilante);
- 5) Teresinha de Araújo Carvalho – matrícula nº 036834-2 (Atendente de Enfermagem);
- 6) Francisca Sousa da Silva – matrícula nº 000791-9 (Aux. Técnico).

II – Os membros da Comissão terão mandato de 02 (dois) anos, a partir da publicação desta Portaria.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, Publique-se e Cumpra-se.

Dr. Vinícius Pontes do Nascimento
Diretor Geral

Of. 038

Diário Oficial

6



Teresina(PI), Quarta-feira, 2 de maio de 2018 • Nº 81



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO PIAUÍ – FAPEPI

PORTARIA FAPEPINº 016/2018

Teresina, 26 de abril de 2018

O Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí, FAPEPI, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o disposto no art. 58, III, da Lei federal nº 8.666/93, que confere à Administração Pública a prerrogativa de fiscalizar a execução dos contratos administrativos, bem como o que prescreve o art. 67 da mesma lei, no sentido de que os contratos devem ser acompanhados e fiscalizados por um representante da Administração especialmente designado,

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 15.093, de 21 de fevereiro de 2013, que “estabelece procedimentos para o acompanhamento dos contratos firmados por órgãos e entidades estaduais”

CONSIDERANDO, ainda, a celebração por este órgão do Contrato nº 001/2017, firmado com a empresa *Mazuad Autolocadora Ltda.*, tendo como objeto a locação de veículos para esta Fundação,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o servidor *Taciano Holanda da Luz*, matrícula 815.127-0 para exercer a função de Fiscal e Gestor do Contrato.

Art. 2º Incumbe ao gestor do contrato desempenhar as atribuições previstas no art. 3º do Decreto nº 15.093/2013, especialmente as seguintes:

I - registrar o contrato administrativo nos termos do art. 60 da Lei n. 8.666/1993, ou zelar para que o servidor ou órgão competente o faça em tempo e modo legalmente previstos;

II ter, devidamente autuado, e sob sua guarda cópia do contrato administrativo nº 001/2017, bem como dos eventuais termos aditivos;

III - alertar o servidor ou órgão responsável para a aproximação do termo final do contrato administrativo nº 001/2017, informando-o eventualmente da possibilidade de prorrogação contratual;

IV - expedir relatório mensal destinado ao superior hierárquico informando da movimentação do contrato administrativo, alertando para fatos relevantes como a aproximação do seu termo final e outros fatos supervenientes que possam implicar em mora ou inadimplemento destes;

Parágrafo único - O aviso sobre a proximidade do fim do prazo contratual, previsto no inciso III deste artigo, deverá ser expedido com a antecedência de 90 (noventa) dias do seu termo final.

Art. 3º As atribuições de Fiscal do Contrato são aquelas constantes do art. 4º do Decreto nº 15.093/2013, notadamente as seguintes:

I - fiscalizar a execução do Contrato nº 001/2017, informando o gestor do contrato sobre eventuais vícios, irregularidades verificados na execução por parte da contratada;

II - anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato que venha a conhecer durante a fiscalização;

III - verificar o cumprimento por parte da contratada dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

IV - atestar o cumprimento das prestações de serviço discriminadas nas notas fiscais ou faturas, após verificar a efetiva prestação dos serviços realizados;

V - propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados

Parágrafo único. O fiscal que atestar a prestação de serviço em desacordo com o especificado no contrato **responderá solidariamente** perante os órgãos competentes pelo dano ao erário, independentemente das demais penalidades aplicáveis.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Francisco Guedes Alcoforado Filho
Presidente da FAPEPI

Of. 129



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
AGÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ATI

PORTARIA ATI. GAB. DG. Nº 006/2018

Designar fiscais responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato nº 006/2018 firmado entre a Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí e a Empresa GL Eletro Eletrônicos Ltda.

O Diretor Geral da Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI, no uso das atribuições legais, que lhe confere o art. 5º, da Lei nº 5.643, de 12 de abril de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **Richardson dos Santos Silva**, portador da matrícula nº 179842-1, como responsável pela fiscalização técnica e **Emerson Clementino dos Santos**, portador da matrícula nº 025583-1, como responsável pela gestão e fiscalização administrativa, do contrato nº 006/2018, firmado entre a Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí e Empresa GL Eletro Eletrônicos Ltda.

Publique-se, comunique-se e cumpra-se.

Teresina-PI, 18 de abril de 2018.

Avelyno Medeiros da Silva Filho
Diretor Geral da ATI

PORTARIA ATI. GAB. DG. Nº 08/2018

Designar fiscal responsável pela gestão e fiscalização do contrato nº 05/2017, firmado a Agência de Tecnologia da Informação - ATI e a empresa Limpel Serviços Gerais Ltda.

O Diretor Geral da Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí – ATI, no uso das atribuições legais, que lhe confere o art. 5º, da Lei nº 5.643, de 12 de abril de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º Substituir **José Conrado dos Santos Martins**, designado como fiscal do Contrato nº 05/2017, conforme Portaria ATI nº 003/2017, e designar **Marilda de Oliveira Raulino Franco**, portadora da matrícula nº 008716-5, como nova responsável pela gestão e fiscalização do contrato supramencionado, firmado entre a Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí e a empresa Limpel Serviços Gerais Ltda., conforme estabelecido no art. 67 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Publique-se, comunique-se e cumpra-se.

Teresina-PI, 19 de Abril de 2018.

Avelyno Medeiros da Silva Filho
Diretor Geral da ATI

Of. 277



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEDUC

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Homologo o Relatório do PAD fls, 741 a 747, em face da servidora Elza Pires da Silva – matrícula nº 074040-3, Professora, onde a Comissão Investigatória opina pela pena de advertência da servidora. Que sejam tomadas as devidas providências referentes aos itens 17.1 a 17.3. Após devolver os autos a PGE, conforme item 17.4.

Teresina (PI), 03 de janeiro de 2018

Rejane Brito Sousa Dias
Secretária de Educação e Cultura

Of. 122



EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO PIAUÍ – EMGERPI



PORTARIA Nº35/2018 – GAB

Teresina, 12 de abril de 2018.

1. O Diretor-Presidente da **EMGERPI** de acordo com os poderes conferidos pela Lei Complementar nº. 83, de 12 de abril de 2007, sociedade de economia mista, vêm por meio desta, em obediência ao que determina o Cumprimento/Notificação, exarado pela Ex.Srª Juíza da 1ª Vara Federal do Trabalho desta capital, Sylvia Helena Nunes Miranda, nos autos do processo nº 0002104-32.2017.5.22.0001 “...condenar a reclamada **EMGERPI**: pagar a complementação salarial entre a função de **Auxiliar Administrativo e a de Analista de Sistemas, enquanto perdurar a situação desviante desde abril/2007**”.

2. Assim, com base na sentença acima relatada, determina-se ao setor de Recursos Humanos desta empresa a obrigação de fazer, **promover o pagamento da complementação salarial entre as funções Auxiliar Administrativo e a de Analista de Sistemas, que dispõe a sentença em favor do Sr. Alberto Dias Figueiredo**, incluindo-se tal alteração em folha, a fim de que, seja pago o salário correspondente ao referido, em fiel observância ao mandado e decisão judicial acima referida.

Dar efetivo cumprimento

Décio Solano Nogueira
Diretor Presidente

Of. 269

PORTARIA Nº44/2018 – GAB

Teresina, 24 de abril de 2018.

O Diretor-Presidente da **EMGERPI** de acordo com os poderes conferidos pela Lei Complementar nº. 83, de 12 de abril de 2007, sociedade de economia mista, vêm por meio desta, em obediência ao que determina o Cumprimento/Notificação, exarado pela Ex.Srª

Juíza da 3ª Vara Federal do Trabalho desta capital, Daniela Martins Soares Barbosa, nos autos do processo nº 0001316-80.2015.5.22.0003 “...condenar a reclamada **EMGERPI**: promover o Reclamante, no prazo de 48 horas para o cargo de **Analista de Sistemas Sênior- nível salarial 45 com efeitos a contar de 29/04/2011**”.

2. Assim, com base na sentença acima relatada, determina-se ao setor de Recursos Humanos desta empresa a obrigação de fazer, **promover o reclamante para o cargo de Analista de Sistema Sênior-nível 45, que dispõe a sentença em favor do Sr. Hudson Rocha Falcão**, incluindo-se tal alteração em folha, a fim de que, seja pago o salário correspondente ao referido, em fiel observância ao mandado e decisão judicial acima referida.

Dar efetivo cumprimento

Décio Solano Nogueira
Diretor Presidente

PORTARIA Nº45/2018 – GAB

Teresina, 24 de abril de 2018.

O Diretor-Presidente da **EMGERPI** de acordo com os poderes conferidos pela Lei Complementar nº. 83, de 12 de abril de 2007, sociedade de economia mista, vêm por meio desta, em obediência ao que determina o Cumprimento/Notificação nº 04/2018, exarado pela Ex.Srª Juíza da 3ª Vara Federal do Trabalho desta capital, Daniela Martins Soares Barbosa, nos autos do processo nº 0001578-93.2016.5.22.0003 “...condenar a reclamada **EMGERPI**: conceder à reclamante **07 (sete) promoções, de modo a alcançar o nível 20 da carreira que ocupa, observando-se o percentual de reajuste de 10% entre um nível e outro, alcançando o patamar de 60% de elevação salarial**”.

2. Assim, com base na sentença acima relatada, determina-se ao setor de Recursos Humanos desta empresa a obrigação de fazer, **promover 07 (sete) promoções, de modo a alcançar o nível 20 da carreira que ocupa, que dispõe a sentença em favor da Srª. Nelimária de Macedo Silveira Crisanto**, incluindo-se tal alteração em folha, a fim de que, seja pago o salário correspondente ao referido, em fiel observância ao mandado e decisão judicial acima referida.

Dar efetivo cumprimento

Décio Solano Nogueira
Diretor Presidente

Of. 306

PORTARIA Nº 047/2018 – GAB/PRE

Teresina (PI), 27 de abril de 2018

Ementa: Institui Comissão para realização de Regulamento Interno e Contratos na forma da Lei nº 13.303/2016.

ODIRETOR PRESIDENTE DA EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S.A. - EMGERPI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Estatuto Social da EMGERPI, art. 16, “g/i” e art. 12, § 3º do Estatuto Social da Empresa e a Ata do Conselho de Administração, datada de 11 de abril de 2018.

Considerando o predisposto na Lei das Estatais nº 13.303 de 16 de junho de 2016, a qual dispõe no seu art.91 que as empresas públicas e sociedades de economia mista constituídos anteriormente à vigência desta lei deverão, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, promover às adaptações necessárias à adequação do disposto da nesta lei. Considerando a necessidade de editar Regulamento Interno de Licitação e Contratos até 30 junho de 2018, prazo final para adequação das empresas públicas e sociedades de economia mista, na forma da lei;

RESOLVO:

Art. 1º Instituir, Comissão para realização do Regulamento Interno de Licitação e Contratos, com seguintes membros:

- Rafael Cavalcante Bezerra, CPF: 648.049.413-04;
- Lucélia Maria Lages Pedrosa da Silva, CPF: 796.013.163-53;
- Paula Roberta de Sousa, CPF: 018.051.393-12;
- Mara Lilinne Leal de Sousa Lima, CPF nº932.608.223-72.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Décio Solano Nogueira
Diretor Presidente da EMGERPI

Of. 315



INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PIAUÍ



Portaria Imepi nº 25, de 25 de abril de 2018.

O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PIAUÍ - IMEPI, em exercício, no uso de suas atribuições legais, nomeado em conformidade com o disposto no inciso II, do art. 10 da lei complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, tendo em vista o(a) Contrato Administrativo nº 4/2018, firmado entre INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PIAUÍ e a(s) empresa(s) SERFAZ SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS

RESOLVE:

I - DESIGNAR para exercer a fiscalização do contrato supracitado o(s) servidor(es) JACOB HERCULANO DE MESQUITA JUNIOR, inscrito(a) no CPF sob o nº 338.756.423/68, como Fiscal; RÔSEMARY PEREIRA DA COSTA, inscrito(a) no CPF sob o nº 350.703.663/00, como Fiscal Substituto.

II - O(s) Servidor(es) Designado(s) nesta Portaria, terão acesso a documentação do referido processo para que possam fazer o devido acopanhamento.

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Dê-se ciência e cumpra-se.

MAYCON DANYLO ARAUJO MONTEIRO
DIRETOR GERAL

Of. 159



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PIAUÍ - JUCEPI

PORTARIA nº. 011/2018

Designar servidor para acompanhamento e fiscalização do Contrato N. 005/2018 para prestação de serviço de outsourcing de impressão que celebram entre si a JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PIAUÍ E A EMPRESA COMERCIALEQUIPLTDA

A Presidente da Junta Comercial do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a necessidade de acompanhamento e fiscalização do Contrato n. 005/2018 que celebram entre si a JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PIAUÍ E A EMPRESA COMERCIALEQUIPLTDA RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **RAFEL SAMPAIO OLIVEIRA**, matriculado sob o número **308247-4**, para a atribuição supramencionada.

Art. 2º. Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada todas as disposições em contrário e portarias anteriores.

Teresina-PI, 23 de abril de 2018.

PUBLIQUE-SE, CUMPA-SE.

MARIA ALZENIR PORTO DA COSTA
PRESIDENTE-JUCEPI

Of. 238

LICITAÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PIAUÍ - JUCEPI

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 003/2018	
Nome da Cooperante	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PIAUÍ - JUCEPI
CNPJ da Cooperante	CNPJ/MF sob o nº 06.690.994/0001-00
Nome da Cooperada	PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO PIAUÍ
CNPJ da Cooperada	CNPJ nº 05.489.410/0017-29
Resumo do objeto do termo de cooperação	Liberação do acesso ao Sistema de Cadastro e de Imagens constante do banco de dados da Junta Comercial do Estado do Piauí - JUCEPI
Prazo de vigência	60 (sessenta) meses
Prazo de execução	16 de abril de 2018 até 16 de abril de 2023.
Data de assinatura do termo de cooperação	16 de abril de 2018.
Signatárias do contrato	Pela Cooperante: MARIA ALZENIR PORTO DA COSTA Pela Cooperada: ANTONIO DE PÁDUA OLIVEIRA JÚNIOR

MARIA ALZENIR PORTO DA COSTA
Presidente - JUCEPI

EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2018	
Nome do Contratante	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PIAUÍ - JUCEPI
CNPJ do Contratante	CNPJ/MF sob o nº 06.690.994/0001-00
Nome do Contratado	COMERCIAL EQUIP LTDA
CNPJ do Contratado	CNPJ de nº 00.113.110/0001-60
Resumo do objeto	Contratação de Empresa Especializada Locação de 06 (seis) Máquina Fotocopiadora Multifuncional laser monocromática velocidade mínima de 38ppm A4 funções cópia/impressão/scanner processador mínimo 300Mhz, para atender às demandas da Junta Comercial do Estado do Piauí;
Prazo de vigência	12 meses
Prazo de execução	18 de abril de 2018 a 18 de abril de 2019
Data de assinatura do Aditivo	18 de abril de 2018
Valor Global	R\$41.356,80
Ação Orçamentária	21101
Natureza da despesa	33.90.39
Fonte de Recursos	00
Signatárias do contrato	Pela Contratante: MARIA ALZENIR PORTO DA COSTA Pela Contratada: EMANUEL KERLEY NORMANDO DE QUEIROZ

MARIA ALZENIR PORTO DA COSTA
PRESIDENTE JUCEPI

Of. 238



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAPI

AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2018 SESAPI

PROCESSO DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OFTALMOLÓGICOS INTINERANTE – MUTIRÃO DA CATARATA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº AA.900.1.157746/17-42

O Estado do Piauí, através da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, por meio da Comissão de Coordenação, no uso de suas atribuições delegadas na Portaria nº 0712/2018, torna público aos interessados que realizará sessão de abertura do CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2018 – SESAPI, PARA CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE OFTALMOLOGIA COM CAPACIDADE DE DESLOCAR EQUIPAMENTOS E PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA PRESTAR ATENDIMENTO DE CONSULTAS, EXAMES E CIRURGIAS DE CATARATA NAS VÁRIAS REGIÕES DO ESTADO, ALÉM DE CAPACIDADE LOGÍSTICA DE ADEQUAR-SE À ESTRUTURA FÍSICA DOS HOSPITAIS DA REDE ESTADUAL ONDE OS PROCEDIMENTOS OFTALMOLÓGICOS SERÃO REALIZADOS DURANTE A AÇÃO ITINERANTE. DATA E HORÁRIO: Os interessados deverão entregar os envelopes contendo os Documentos de Habilitação à partir desta publicação das 7H30MIN às 13H30MIN, na Comissão de Coordenação/DUCARA/SESAPI, na Av. Pedro Freitas, s/n, Centro Administrativo, Teresina – PI. INFORMAÇÕES: FONE: (86) 3216-3618.

Publique-se:

Teresina, 27 de abril de 2018

Ana Maria Menezes Neiva Eulálio Amorim. - Presidente da Comissão Diretora da Unidade de Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria – DUCARA/SESAPI

Visto:

WELTON LUIZ BANDEIRA DE SOUSA
Superintendente Institucional
Secretaria de Estado da Saúde do Piauí

Of. 125



HOSPITAL REGIONAL DE CAMPO MAIOR

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 002/2018 - CPL PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO COMUME ESPECIAL, (Portaria nº 448, de 13/09/2002), anexo I para o Hospital Regional de Campo Maior.

Levamos ao conhecimento dos interessados, que o **HOSPITAL REGIONAL DE CAMPO MAIOR**, através da Secretaria Estadual de Saúde/SESAPI, fará realizar licitação, na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL, TIPO MENOR PREÇO POR LOTE E ADJUDICAÇÃO POR LOTE**, nos termos da Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 e suas alterações, no próximo dia **10 de maio de 2018, às 09:00 horas**, conforme as seguintes especificações:

- Objetivo do Pregão: selecionar a melhor proposta para **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO COMUME ESPECIAL**, conforme especificações e quantidades dos itens objeto desta licitação descrita no Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018**, para o Hospital Regional de Campo Maior, através da Secretaria de Estado da Saúde/SESAPI;
- Informamos que as despesas são provenientes de Recurso do Tesouro do Estado oriundos da SESAPI, no Elemento de Despesa 33.90.30; – **MEDICAMENTO COMUME ESPECIAL**.
- Fonte de Recursos: Recurso do Tesouro do Estado oriundos do **TESOURO/SESAPI**;
- As propostas deverão ser apresentadas em 02 envelopes fechados e lacrados, sendo **ENVELOPE 01** – Proposta de Preços e **ENVELOPE 02** – Documentos de Habilitação;
- Julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

O presente Edital e maiores informações poderão ser solicitados junto à Comissão Permanente de Licitação – CPL do Hospital Regional

de Campo Maior, situada na Av. do Contorno s/n, Bairro São Luís, CEP: 64280-000 Campo Maior – PI, no horário das 07:00 às 18:00 Horas.

Campo Maior (PI), 28 de março de 2018.

Pregoeiro

Pres. da CPL

Of. 086



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAPI
HOSPITAL REGIONAL CHAGAS RODRIGUES

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 14/2018 AO CONTRATO Nº 030/2016

Nome do Contratante	HOSPITAL REGIONAL CHAGAS RODRIGUES - HRCR
CNPJ do Contratante	06.553.564/0004-80
Nome do Contratado	DISTRIBUIDORA SAUDE E VIDA
CNPJ do Contratado	10.645.510/0001-70
Resumo do Objeto do Aditivo	MATERIAL DE LAVANDERIA
Prazo de Vigência	01 (UM) ANO
Data de assinatura do aditivo	10/08/2017
Valor Global	R\$ 236.990,00 (duzentos e trinta e seis mil novecentos e noventa reais)
Fonte de Recursos	MAC/AIH/BPA/TESOURO/SESAPI - 339030
Signatários:	Pela Contratante: NÁDIA MARIA FRANÇA COSTA Pela contratada: DISTRIBUIDORA SAUDE E VIDA

Nádia Maria França Costa

Diretora Geral do Hospital Regional Chagas Rodrigues
HRCR - Piri-piri-Pi

Of. 195



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAPI
HOSPITAL ESTADUAL DIRCEU ARCOVERDE

HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018-CPL/HEDA

AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO, HIDRÁULICO E CONSTRUÇÃO

Considerando os termos do PREGÃO PRESENCIAL acima citado, e estando a mesma de acordo com as formalidades legais e seu preço compatível com o de mercado, HOMOLOGO o lote licitado, com seu preço, a seguinte empresa:

LOTE	EMPRESA	CNPJ	ENDEREÇO	VALOR R\$	VALOR POR EXTENSO
UNICO	LINDOMAR CARVALHO SAMPAIO MEE - SAMPAIO CONSTRUÇÕES	02.347.042/0001-29	BR 402, Estrada Parnaíba/Chaval, nº 2045, Bairro: Rodoviária, CEP: 64.210-260, Parnaíba/PI.	297.013,00	Duzentos e noventa e sete mil, treze reais.

VALOR TOTAL LICITADO: R\$ 297.013,00 (Duzentos e noventa e sete mil, treze reais).

Parnaíba (PI), 27 de março de 2018.

ADRIZIA FONTINELE CARVALHO DA SILVA
DIRETORA GERAL

Of. 198



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAPI
HOSPITAL ESTADUAL TERESINHA NUNES DE BARROS

EXTRATO DE CONTRATO

Processo Administrativo nº 014/2018

Procedimento – DISPENSA 07/2018

CONTRATANTE: HOSPITAL TERESINHA NUNES DE BARROS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita na CNPJ sob o nº 06.553.564/0017-03, situada na Avenida Candido Coelho, n. 1.215, Centro, São João do Piauí-PI.

CONTRATADA: SÃO MARCOS DISTRIBUIDORA inscrito na CNPJ sob o nº 03.894.963/0001-74, situado na Rua Avelino Freitas, nº 498, Bairro Centro, CEP 64.770-000, São Raimundo Nonato-PI.

OBJETO: fornecimento de materiais de consumo e permanente para tratamento de saúde

Valor: R\$ 34.767,21 (trinta e quatro mil e setecentos e sessenta e sete reais e vinte e um centavos)

Validade: 02 meses

FONTE DE RECURSO: SUS/PCEP

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, IV, da Lei 8.666/93

São João do Piauí, 20 de abril de 2018.

MARIASANTANA DE S. ANDRADE E SILVA
Diretora Geral Hospital Regional Teresinha Nunes de Barros

EXTRATO DE CONTRATO

Processo Administrativo nº 09/2018

Procedimento – DISPENSA 02/2018

CONTRATANTE: HOSPITAL TERESINHA NUNES DE BARROS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita na CNPJ sob o nº 06.553.564/0017-03, situada na Avenida Candido Coelho, n. 1.215, Centro, São João do Piauí-PI.

CONTRATADA: SAG FARMACÊUTICA LTDA inscrita na CNPJ 08.893.288.0001/82, situado na Rua Gabriel Ferreira, nº 1605/2, Bairro Nossa Senhora das Graças, CEP 64.018-680, Teresina-PI.

OBJETO: fornecimento de materiais de consumo e permanente para tratamento de saúde

Valor: R\$ 20.079,09 (vinte mil e setenta e nove reais e nove centavos)

Validade: 02 meses

FONTE DE RECURSO: SUS/PCEP

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, IV, da Lei 8.666/93

São João do Piauí, 02 de março de 2018.

MARIASANTANA DE S. ANDRADE E SILVA
Diretora Geral Hospital Regional Teresinha Nunes de Barros

Of. 079

EXTRATO DE CONTRATO

Processo Administrativo nº 013/2018

Procedimento – DISPENSA 05/2018

CONTRATANTE: HOSPITAL TERESINHA NUNES DE BARROS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita na CNPJ sob o nº 06.553.564/0017-03, situada na Avenida Candido Coelho, n. 1.215, Centro, São João do Piauí-PI.

CONTRATADA: SAG FARMACÊUTICA LTDA inscrita na CNPJ 08.893.288.0001/82, situado na Rua Gabriel Ferreira, nº 1605/2, Bairro Nossa Senhora das Graças, CEP 64.018-680, Teresina-PI.

OBJETO: fornecimento de materiais de consumo e permanente para tratamento de saúde

Valor: R\$ 20.043,50 (vinte mil e quarenta e três reais e cinquenta centavos)

Validade: 02 meses

FONTE DE RECURSO: SUS/PCEP

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, IV, da Lei 8.666/93

São João do Piauí, 05 de abril de 2018.

MARIASANTANA DE S. ANDRADE E SILVA
Diretora Geral Hospital Regional Teresinha Nunes de Barros

Of. 080



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
PALÁCIO DE KARNAK
GABINETE MILITAR DA GOVERNADORIA



ATO: ADITIVO ATA SRP.

MOTIVO: Prorrogação de Efeitos de Procedimento Licitatório.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 11, Caput do Decreto Estadual nº 11.319 de 13/02/2004 c/c § 1º, art. 3º da Lei 6.301/2013.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses contados da publicação.

DOE	DATA		EXTRATO	OBJETO	PREGÃO
	PUBLICAÇÃO	VIGÊNCIA			
080	02/05/2017	01/05/2018	Nº 1/2017	Serviços de Agenciamento de Hospedagens (Dentro do Estado / Fora do Estado e Fora do País) para o GAMIL	Nº 002/2017-GAMIL

1) Fica prorrogado os efeitos do procedimentos constantes do quadro acima, com fundamentos legal na Lei 6.301/04, passando a vigorar por mais por mais 12 (doze) meses, ou até que seja publicado extrato de novo pregão com o mesmo objeto.

2) Itens prorrogados e Saldos Remanescentes:

LOTE	ITEM	QUANTIDADE REGISTRADA NA ATA	SALDO REMANESCENTE
01	01	400	35
02	01	400	275
03	01	120	85

Informações: CPL/GAMIL.

José Denilson do Rêgo Marques – Cel. PM
Chefe do Gabinete Militar da Governadoria

Of. S/N



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA – SEADPREV

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 42/2016	
Nome do Contratante	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA-SEADPREV
CNPJ do Contratante	06.553.481/0003-00
Nome da Contratada	MUTUAL SERVIÇOS DE LIMPEZA EM PRÉDIOS E DOMICÍLIOS LTDA- ME
CNPJ da Contratada	10.659.927/0001-91
Resumo do objeto do aditivo	- Acordam os pactuantes pela alteração do valor do CONTRATO nº 42/2016, a título de repactuação de preços, nos termos processo nº. AA.002.1.013512/17-93.
Prazo de vigência	12 (doze) meses
Prazo de execução	-
Data de assinatura do aditivo	24 de abril de 2018
Valor mensal após repactuação	R\$ 41.747,35 (quarenta e um mil e setecentos e quarenta e sete reais e trinta e cinco centavos)
Ação orçamentária	21101
Natureza de despesa	339037
Fonte de Recursos	010001001
Signatários do contrato	Pela Contratante: JOSE RICARDO PONTES BORGES Pela Contratada: HERCÍLIA DE JESUS MARTINS RODRIGUES

Diário Oficial

12



Teresina(PI), Quarta-feira, 2 de maio de 2018 • Nº 81

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 53/2015	
Nome do Contratante	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA-SEADPREV
CNPJ do Contratante	06.553.481/0003-00
Nome da Contratada	MUTUAL SERVIÇOS DE LIMPEZA EM PRÉDIOS E DOMICÍLIOS LTDA- ME
CNPJ da Contratada	10.659.927/0001-91
Resumo do objeto do aditivo	- Acordam os pactuantes pela alteração do valor do CONTRATO nº 53/2015, a título de repactuação de preços, nos termos processo nº. AA.002.1.013432/17-09.
Prazo de vigência	12 (doze) meses
Prazo de execução	-
Data de assinatura do aditivo	25 de abril de 2018
Valor mensal após repactuação	R\$ 47.035,93 (quarenta e sete mil e trinta e cinco reais e noventa e três centavos)
Ação orçamentária	21101
Natureza de despesa	339037
Fonte de Recursos	0100001001
Signatários do contrato	Pela Contratante: JOSÉ RICARDO PONTES BORGES Pela Contratada: HERCÍLIA DE JESUS MARTINS RODRIGUES

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 27/2016	
Nome do Contratante	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA-SEADPREV
CNPJ do Contratante	06.553.481/0003-00
Nome da Contratada	MUTUAL SERVIÇOS DE LIMPEZA EM PRÉDIOS E DOMICÍLIOS - LTDA - ME.
CNPJ da Contratada	10.659.927/0001-91
Resumo do objeto do aditivo	- Alteração do valor do Contrato nº 27/2016, a título de repactuação de preços.
Prazo de vigência do Contrato.	14/03/2019
Prazo de execução	-
Data de assinatura do aditivo	24/04/2018
Valor mensal após a repactuação.	R\$ 19.004,49 (dezenove mil, quatro reais, quarenta e nove centavos).
Ação orçamentária	2014
Natureza de despesa	339037
Fonte de Recursos	0100001001
Signatários do contrato	Pela Contratante: JOSÉ RICARDO PONTES BORGES Pela Contratada: HERCÍLIA DE JESUS MARTINS RODRIGUES

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 036/2016	
Nome do Contratante	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA-SEADPREV
CNPJ do Contratante	06.553.481/0003-00
Nome da Contratada	MUTUAL SERVIÇOS DE LIMPEZA EM PRÉDIOS E DOMICÍLIOS LTDA- ME
CNPJ da Contratada	10.659.927/0001-91
Resumo do objeto do aditivo	- Repactuação do Contrato nº 36/2016, cujo objeto deste contrato é serviço TERCEIRIZADOS - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.
Prazo de vigência do contrato	02/04/2019

Prazo de execução	-
Data de assinatura do aditivo	24 de abril de 2018
Valor mensal	R\$ 8.245,05 (oito mil duzentos e quarenta e cinco reais e cinco centavos).
Ação orçamentária	2014
Natureza de despesa	339037
Fonte de Recursos	0100001001
Signatários do contrato	Pela Contratante: JOSÉ RICARDO PONTES BORGES Pela Contratada: HERCÍLIA DE JESUS MARTINS RODRIGUES

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 28/2014	
Nome do Contratante	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA-SEADPREV
CNPJ do Contratante	06.553.481/0003-00
Nome da Contratada	PERFECT CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA
CNPJ da Contratada	04.074.584/0001-09
Resumo do objeto do aditivo	- Alteração do valor do Contrato nº 28/2014, a título de repactuação de preços.
Prazo de vigência do Contrato.	16/09/2018
Prazo de execução	-
Data de assinatura do aditivo	24/04/2018
Valor mensal após a repactuação.	R\$ 2.522,12 (dois mil, quinhentos e vinte e dois, doze centavos)
Ação orçamentária	2000
Natureza de despesa	339037
Fonte de Recursos	0100001001
Signatários do contrato	Pela Contratante: JOSÉ RICARDO PONTES BORGES Pela Contratada: JOSÉ IBRAHIM BARBOSA DE MOURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 67/2018	
Número do Processo de Licitação (ou de Dispensa ou Inexigibilidade)	Processo nº AA.002.1.018348/16-45
Modalidade de licitação (se for o caso)	Decorrente do Pregão Eletrônico nº 19/2017
Fundamento legal	Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto Estadual nº 16.212/2015, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Estadual nº 11.346, de 30 de março de 2004; Decreto Estadual nº 11.319, de 13 de fevereiro de 2004; lei 6.301 de 07 de janeiro de 2013; lei 6.673 de 18 de junho de 2015; Lei 6.735 de 23 de dezembro de 2015; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993
Contratante	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA-SEADPREV
CNPJ do Contratante	06.553.481/0003-00
Contratado	FUNDAÇÃO EDUCARE
CNPJ do Contratado	05.503.473/0001-25
Resumo do objeto do contrato	REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSOS DE CAPACITAÇÃO EM DIVERSAS ÁREAS PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS
Prazo de vigência	08 MESES (adstrito a vigência dos respectivos créditos orçamentários, contados a partir da data de sua assinatura)
Prazo de execução	-
Data de assinatura do contrato	26/04/2018
Valor global	R\$ 109.266,64 (cento e nove mil, duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos)
Ação orçamentária	2024
Natureza de Despesa	339039
Fonte de Recursos	0100001001
Signatários do contrato	Pela Contratante: JOSÉ RICARDO PONTES BORGES Pela Contratada: MARIA DO SOCORRO ESCÓRCIO DE CERQUEIRA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 69/2018	
Número do Processo de Licitação (ou de Dispensa ou Inexigibilidade)	Processo nº AA.002.1.018348/16-45
Modalidade de licitação (se for o caso)	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2017
Fundamento legal	Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto Estadual nº 16.212/2015, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Estadual nº 11.346, de 30 de março de 2004; Decreto Estadual nº 11.319, de 13 de fevereiro de 2004; Lei 6.301 de 07 de janeiro de 2013; Lei 6.673 de 18 de junho de 2015; Lei 6.735 de 23 de dezembro de 2015; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Contratante	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA DO ESTADO - SEADPREV
CNPJ do Contratante	06.553.481/0003-00
Contratado	EXECUTE ASSESSORIA ADMINISTRATIVA, INFORMÁTICA, CONTABILIDADE, AUDITORIA E PERÍCIA LTDA ME.
CNPJ do Contratado	08.819.035/0001-69
Resumo do objeto do contrato	REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS, VISANDO À CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS.
Prazo de vigência	8 (oito) meses (adstrito da vigência dos respectivos créditos orçamentários, contados a partir da data de sua assinatura).
Prazo de execução	-
Data de assinatura do contrato	26/04/2018
Valor global	R\$ 22.248,00 (vinte e dois mil duzentos e quarenta e oito reais).
Ação orçamentária	21101
Natureza de Despesa	339039
Fonte de Recursos	0100001001.
Signatários do contrato	Pela Contratante: JOSÉ RICARDO PONTES BORGES Pela Contratada: MÁRIO AFONSO COSTA JÚNIOR

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 30/2016	
Número do Processo de Licitação (ou de Dispensa ou Inexigibilidade)	Processo nº AA.002.1.013430/17-80
Contratante	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA DO ESTADO - SEADPREV
CNPJ do Contratante	06.553.481/0003-00
Contratado	MUTUAL SERVIÇOS DE LIMPEZA EM PRÉDIOS E DOMICÍLIOS LTDA-ME
CNPJ do Contratado	10.659927/0001-91
Resumo do objeto do contrato	Acordam os pactuantes pela alteração do valor do CONTRATO nº 55/2016, a título de preços, nos termos do Processo AA.002.1.013430/17-80.
Prazo de vigência do Contrato	18/04/2019
Prazo de execução	-
Data de assinatura do Aditivo	24/04/2018
Valor Mensal após repactuação	R\$ 18.525,24 (dezoito mil quinhentos e vinte e cinco mil e vinte e vinte e quatro centavos)
Ação orçamentária	2014
Natureza de Despesa	339037
Fonte de Recursos	0100001001
Signatários do contrato	Pela Contratante: JOSÉ RICARDO PONTES BORGES Pela Contratada: HERCILIA DE JESUS MARTINS RODRIGUES

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 55/2016	
Número do Processo de Licitação (ou de Dispensa ou Inexigibilidade)	Processo nº AA.002.1.013508/17-40
Contratante	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA DO ESTADO - SEADPREV
CNPJ do Contratante	06.553.481/0003-00
Contratado	MUTUAL SERVIÇOS DE LIMPEZA EM PRÉDIOS E DOMICÍLIOS LTDA-ME
CNPJ do Contratado	10.659927/0001-91
Resumo do objeto do contrato	Acordam os pactuantes pela alteração do valor do CONTRATO nº 55/2016, a título de preços, nos termos do Processo AA.002.1.013508/17-40.
Prazo de vigência do Contrato	18/11/2018
Prazo de execução	-
Data de assinatura do Aditivo	24/04/2018
Valor Mensal após repactuação	R\$ 13.967,61 (treze mil novecentos e sessenta e sete reais e sessenta e um centavos)
Ação orçamentária	2018
Natureza de Despesa	339037
Fonte de Recursos	0100001001
Signatários do contrato	Pela Contratante: JOSÉ RICARDO PONTES BORGES Pela Contratada: HERCILIA DE JESUS MARTINS RODRIGUES

Of. 084

**AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2018 - DL/SEADPREV/PI
PROCESSO Nº AC.002.1.002426/17-10- DL/SEADPREV**

OBJETO Registro de preços para Contratação de empresa especializada para prestação de Serviço de Vigilância/Segurança Física e Patrimonial Armada e Desarmada e controle de circulação de Pessoas, para órgão e outros entes do Estado do Piauí com fornecimento de Material e Equipamentos, executada de forma direta e continua conforme Termo de Referência.

Suspensão o Pregão até ulterior deliberação pela autoridade superior competente, para análise dos pedidos de esclarecimentos e impugnações.
TIPO: Menor Preço, Adjudicação por item.

DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 02/05/2018.

HORÁRIO: 9:00h (horário de Brasília). Local: licitacoes-e Banco do Brasil EDITAL: Disponível nos sites www.dl.pi.gov.br e TCE/PI
INFORMAÇÕES: Avenida Pedro Freitas, s/n, 2º andar – Centro Administrativo - Bairro São Pedro, em Teresina – PI. Telefone: (86)3216-1720 ramal 215 Email: licitacao@seadprev.pi.gov.br, e-mail: antoniocosta@seadprev.pi.gov.br

Antonio Carlos de Sousa Costa
Pregoeiro – DL/SEADPREV

Allan Ricardo Alves Cirillo
Diretor de Licitações -DL/SEADPREV

José Ricardo Pontes Borges
Secretário de Estado da Administração e Previdência

Of. 183



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL – SEDEC

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 479/2016 – SEDEC/PI
PROCESSO ORIGINÁRIO DO CONTRATO: Nº 0456/2015 – SEDEC/PI
CONTRATANTE: SECRETARIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL – SEDEC/PI

CONTRATADA: SANTA ROSA LTDA (CNPJ: 03.301.708/0001-70)
OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO
FIRMADO ENTRE AS PARTES, NOS TERMOS PREVISTOS EM SUA
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS PRAZOS.

PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, FICA PRORROGADO O PRAZO
DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 479/2016 – SEDEC/PI PELO PERÍODO
DE 12 (DOZE) MESES, NOS TERMOS PREVISTOS EM SUA CLÁUSULA
DÉCIMA QUARTA – DOS PRAZOS.

FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 57, § 1º, INCISO II DA LEI Nº 8.666/93,
E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS.

RATIFICAÇÃO: FICAM MANTIDAS E RATIFICADAS AS DEMAIS
CLÁUSULAS E DISPOSIÇÕES DO CONTRATO ORIGINÁRIO QUE
NÃO TENHASIDO MODIFICADO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO.
SIGNATÁRIOS: HELIO ISAIAS DA SILVA PELA CONTRATANTE E
BENEDITO ORLANDO DE CARVALHO GONÇALVES PELA
CONTRATADA.

Teresina 19 de Dezembro de 2017.

Publica-se.

HELIO ISAIAS DA SILVA

SECRETÁRIO ESTADUAL DA DEFESA CIVIL

Of. 169



INSTITUTO DE METROLOGIA DO
ESTADO DO PIAUÍ



• No Extrato da Publicação no Diário Oficial do Piauí nº 76 de 24/04/2018

-Onde se lê:

NÚMERO DE LICITATÓRIO	PROCESSO	Proc.: AC.002.1.000413/18-50 Proc.: 31/2018 - SGI/INMETRO
-----------------------	----------	--

-Leia-se:

NÚMERO DE LICITATÓRIO	PROCESSO	Proc.: AC.002.1.000413/18-50 Proc.: 187/2017 - SGI/INMETRO
-----------------------	----------	---

Maycon Danylo Araujo Monteiro

Diretor Geral
IMEPI/INMETRO

Of. 160



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
COORDENADORIA DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E
QUALIFICAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS PÚBLICOS – COMEPI

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 07/2018 – COMEPI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 086/2017

OBJETO: Execução da obra de 6.160m² de pavimentação em paralelepípedo em diversas ruas na zona urbana do Município de Curimatá-PI

MODALIDADE: Concorrência

CONTRATANTE: Coordenadoria do Programa de Modernização e
Qualificação de Empreendimentos Públicos – COMEPI

CONTRATADA: Ancal Construções Ltda-ME

CNPJ DA CONTRATADA: 26.912.948/0001-07

VALOR: R\$ 716.753,92 (setecentos e dezesseis mil setecentos e cinquenta e três reais e noventa e dois centavos)

VALIDADE: 1 ano a partir da publicação

DATADA ASSINATURA: 26/04/2018

NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.51

FONTE DE RECURSO: 116

SIGNATÁRIOS: Francisco Edvan da Silva – Coordenador COMEPI e
Alaide dos Santos Lobão – Ancal Construções Ltda-ME

Of. 161



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

INSTRUMENTO DE CONTRATO DE COMODATO

Por este instrumento, **SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO PIAUÍ - SECULT**, - CNPJ: 05.782.352/0001-60, estabelecida na Praça Marechal Deodoro, 816 – Centro, CEP: 64000-160 - Teresina-PI, neste ato representada pelo Secretária de Governo **MARLENILDES LIMA DA SILVA**, brasileira, casada, atriz, portadora da Carteira de Identidade nº 1.543.537 SSP/PI e do CPF nº. 641.045.913-00, residente e domiciliada na Rua José Marques da Rocha, 217, Bairro: Memorare, CEP 64.009-100, Teresina – PI, doravante denominado simplesmente **COMODANTE**; e **Instituto Punaré - Canteiro**, estabelecida na Rua Senador Candido feraz, nº 2510-A, Jôquei Clube, CEP: 64049-901, Teresina - Piauí, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.896.229/0001-68, neste ato representada por **SORAYA DE ARAÚJO PORTELA**, brasileira, solteira, artista autônoma, residente e domiciliado Rua 1º de Maio, 1973, Marquês, Teresina - Piauí, CEP 64002-510, portador da Cédula de Identidade nº 1.945.164 SSP/PI e inscrito no CPF/MF sob o nº 648.011.603-87, doravante denominado simplesmente **COMODATÁRIO**; têm entre si justo e acertado o que segue:

Cláusula Primeira: Tem por objeto este contrato a cessão, não exclusiva, em comodato do uso das dependências da Biblioteca Pública Estadual Desembargador Cromwell de Carvalho, localizada na Rua Coelho Rodrigues, 1788, Praça Demóstenes Avelino, centro, Teresina - PI, da **COMODANTE à COMODATÁRIA**, neste ato, nas condições que neste instrumento constam.

Cláusula Segunda: O presente comodato terá duração de 05 (cinco) anos, contado a partir da data da assinatura deste, sendo que a **COMODATÁRIA** se compromete a restituir o bem ora emprestado nas mesmas condições de uso e conservação em que se encontra nesta data, ou seja, em pleno funcionamento e perfeitamente conservado.

Cláusula Terceira: O bem objeto da cessão destina-se exclusivamente ao uso em atividades artísticas e culturais pela **COMODATÁRIA**, no estabelecimento desta, vedada a sua utilização em outras operações estranhas à que se propõe. É proibido, ainda, o empréstimo, a locação ou a sublocação total ou parcial, cessão ou subrogação, ou transferência do presente instrumento, salvo consentimento prévio e por escrito, reservando-se ao **COMADANTE** pleno direito de fiscalização.

Cláusula Quarta: É de responsabilidade da **COMODATÁRIA** o pagamento de todos os encargos financeiros decorrentes da manutenção do bem objeto deste contrato.

Cláusula Quinta: Ocorrendo a hipótese de encerramento de atividades da **COMODATÁRIA** na vigência do presente instrumento, deverá esta restituir o bem à **COMODANTE**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de sua paralisação, nas mesmas condições operacionais em que o recebe.

Cláusula Sexta: O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, a critério das partes e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Cláusula Sétima: As partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca de Teresina, Estado do Piauí, para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente instrumento, renunciando a qualquer outro, por privilegiado que possa ser.

Cláusula Oitava: Os casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes, de comum acordo, ou pelas disposições legais aplicáveis à espécie.

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, para que produzam um só efeito, o qual fazem na presença de duas testemunhas que a tudo assistiram e também assinam.

Teresina (PI), 25 de Abril de 2018.

MARLENILDES LIMADA SILVA
SECRETÁRIA DE ESTADO DE CULTURA DO PIAUÍ

SORAYA DE ARAÚJO PORTELA
CPF: 648.011.603-87

TESTEMUNHAS:

André Luis Araújo Feitosa
CPF: 024.182.973-90

Maria Humilde de Araújo Alves
CPF: 536.460.373-34

Of. 051



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN

**TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO SEGUNDO TERMO
ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2016**

Onde se lê:

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2016	
Nome do Contratante	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/PI
CNPJ do Contratante	06.535.926/0001-68
Nome do Contratado	FRANCISCO DA COSTA ARAÚJO FILHO
CPF do Contratado	101.580.493-49
Resumo do Objeto do Contrato	O presente aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual por mais 12 (doze) meses, referente ao aluguel de imóvel para funcionamento da CIRETRAN de Picos/PI.
Prazo de Vigência	12 (doze) meses
Prazo de Execução	19.03.2018 a 19.03.2019
Data de Assinatura do Contrato	19 de Março de 2018
Valor Global	R\$ 11.128,13 (Onze Mil Cento e Vinte e Oito Reais e Treze Centavos).
Ação Orçamentária	2000
Natureza de Despesa	33.90.36
Fonte de Recursos	00
Signatários do Contrato	Pela Contratante: Arão Martins do Rêgo Lobão (DETRAN/PI) Pelo Contratado: Francisco da Costa Araújo Filho.

Agora se lê:

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2016	
Nome do Contratante	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/PI
CNPJ do Contratante	06.535.926/0001-68
Nome do Contratado	FRANCISCO DA COSTA ARAÚJO FILHO
CPF do Contratado	101.580.493-49
Resumo do Objeto do Contrato	O presente aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual por mais 12 (doze) meses, referente ao aluguel de imóvel para funcionamento da CIRETRAN de Picos/PI.
Prazo de Vigência	12 (doze) meses
Prazo de Execução	19.03.2018 a 19.03.2019
Data de Assinatura do Contrato	19 de Março de 2018

Valor Global	R\$ 133.537,56 (Cento e Trinta e Três Mil Quinhentos e Trinta e Sete Reais e Cinquenta e Seis Centavos).
Ação Orçamentária	2000
Natureza de Despesa	33.90.36
Fonte de Recursos	00
Signatários do Contrato	Pela Contratante: Arão Martins do Rêgo Lobão (DETRAN/PI) Pelo Contratado: Francisco da Costa Araújo Filho.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2018	
Nome do Contratante	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/PI
CNPJ do Contratante	06.535.926/0001-68
Nome do Contratado	MONEY TURISMO LTDA - EPP
CNPJ do Contratado	37.979.739/0001-05
Resumo do Objeto do Contrato	O presente contrato tem por objeto os Serviços de Emissão e Agenciamento de Passagens Aéreas e Terrestres, conforme especificações técnicas detalhadas constantes do Anexo I, Projeto Básico/Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 012/2017.
Prazo de Vigência	12 (doze) meses
Data de Assinatura do Contrato	25 de Abril de 2018
Valor Global	R\$ 105.000,00 (Cento e Cinco Mil Reais)
Ação Orçamentária	2000
Natureza de Despesa	33.90.33
Fonte de Recursos	00
Signatários do Contrato	Pela Contratante: Arão Martins do Rêgo Lobão (DETRAN/PI) Pelo Contratado: Carlos Alberto Montoril (Money Turismo LTDA - ME)

Of. 207



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí.

CNPJ: 12.176.046/0001-45

CONTRATADA: Sempre Verde Serviços de Urbanização & Paisagismo Ltda.

CNPJ: 09.039.902/0001-06

OBJETO: Constitui objeto do presente apostilamento a modificação unilateral do presente contrato por parte da Administração, visando à alteração da Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária, para acrescentar a Fonte do Recurso 118.

DATA DA ASSINATURA: 14 de julho de 2017.

SIGNATÁRIO: Robério Aslay de Araújo Barros- Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Of. 286



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E LAZER

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 334/2017
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços nº 003/2018
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93, de 21/06/93, Tomada de Preços nº 003/2018 e o que consta no Processo Administrativo 334/2017.
CONTRATANTE: COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E LAZER-CDSOL
CNPJ DO CONTRATANTE: 22.821.131.0001-72
CONTRATADO: MARATHAOAN CONSTRUÇÕES LTDA-EPP
CNPJ DO CONTRATADO: 27.793.244/0001-25
RESUMO DO OBJETO DO CONTRATO: Execução dos serviços de 6.996m² de pavimentação em paralelepípedo nas ruas Projetada 1, 2 e 3 do município de Barras-PI.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 26/04/2019
PRAZO DE EXECUÇÃO: 03 (três) meses
DATA ASSINATURA DO CONTRATO: 26/04/2018.
VALOR GLOBAL: R\$ 800.090,00 (Oitocentos mil, noventa reais).
AÇÃO ORÇAMENTARIA: UO 110116; F 15; SF 813; P 13; P.A 1.213.
NATUREZA DE DESPESA: 449051
FONTE DE RECURSOS: 00/16
SIGNATÁRIOS:
PELA CONTRATANTE: Simone Pereira de Farias Araújo
PELA CONTRATADA: Edneida do Rego Fortes de Carvalho e Silva

Of. 244

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 276/2017
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços nº 06/2018
FUNDAMENTO LEGAL: Art.22, II, §2º, c/c - Lei Nº 8.666/93, de 21/06/93 e o que consta no Processo Administrativo nº 277/2017.
CONTRATANTE: COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E LAZER-CDSOL
CNPJ DO CONTRATANTE: 22.821.131.0001-72
CONTRATADO: IDEAL SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ DO CONTRATADO: 25.079.729/0001-26
RESUMO DO OBJETO DO CONTRATO: Execução dos serviços de 5.000 m² de pavimentação em paralelepípedo nas ruas Auciendes Bezerra e Heleno Bezerra e Avenida João da Mata Bezerra no município de Campo Grande do Piauí.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 26/04/2019
PRAZO DE EXECUÇÃO: 03 (três) meses
DATA ASSINATURA DO CONTRATO: 26/04/2018.
VALOR GLOBAL: R\$ 548.318,52 (Quinhentos e quarenta e oito mil, trezentos e dezoito reais e cinquenta e dois centavos).
AÇÃO ORÇAMENTARIA: UO 110116; F 15; SF 813; P 13; P.A 1.213.
NATUREZA DE DESPESA: 449051
FONTE DE RECURSOS: 00/16
SIGNATÁRIOS:
PELA CONTRATANTE: Simone Pereira de Farias Araújo
PELA CONTRATADA: Weide Roldão Leal

Of. 249



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 012/2018 AO CONVENIO Nº 014/2016 ESPECIE: Termo aditivo "ex officio" de prorrogação de vigência do Convênio nº 014/2016, celebrado entre a Secretaria das Cidades e Prefeitura Municipal de Aroazes para parceria entre os partícipes visando repasse de recurso para PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS EM PARALELEPÍPEDO NA SEDE DO MUNICÍPIO DE AROAZES - PI. **OBJETO:** Prorrogação de ofício da vigência do Convênio nº. 014/2016 por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a contar de 29/04/2018, em decorrência do atraso na liberação de recursos financeiros, passando a vigência para 29/04/2019.

Gustavo Henrique Mendonça Xavier De Oliveira
Secretário de Estado das Cidades

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 013/2018 AO CONVENIO Nº 016/2016 ESPECIE: Termo aditivo "ex officio" de prorrogação de vigência do Convênio nº 016/2016, celebrado entre a Secretaria das Cidades e Prefeitura Municipal de São Francisco do Piauí para parceria entre os partícipes visando repasse de recurso para PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS: RUA 15 DE NOVEMBRO 518,00 M², RUA 23 DE DEZEMBRO

735,00 M², RUA CASTROALVES 216,00 M², RUA JOAQUIM FERREIRA 861,00 M², RUA JUSCELINO KUBITSCHEK 385,00 M², RUA SANTO ANTÔNIO 900,00 M². **OBJETO:** Prorrogação de ofício da vigência do Convênio nº. 016/2016 por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a contar de 03/05/2018, em decorrência do atraso na liberação de recursos financeiros, passando a vigência para 03/05/2019.

Gustavo Henrique Mendonça Xavier De Oliveira
Secretário de Estado das Cidades

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 014/2018 AO CONVENIO Nº 017/2016 ESPECIE: Termo aditivo "ex officio" de prorrogação de vigência do Convênio nº 016/2016, celebrado entre a Secretaria das Cidades e Prefeitura Municipal de São Francisco do Piauí para parceria entre os partícipes visando repasse de recurso para PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO DAS RUAS PROJETADA 01 3.290,00 M² E DARUA PROJETADA 02 210,00 M² DO POVOADO CERCADO VELHO SÃO FRANCISCO DO PIAUÍ **OBJETO:** Prorrogação de ofício da vigência do Convênio nº. 017/2016 por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a contar de 03/05/2018, em decorrência do atraso na liberação de recursos financeiros, passando a vigência para 03/05/2019.

Gustavo Henrique Mendonça Xavier De Oliveira
Secretário de Estado das Cidades

Of. 036



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A – AGESPISA

AVISO DE PUBLICAÇÃO
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE
PREÇOS Nº 006/18 - CPL

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE NATUREZA CONTÍNUA.

Acha-se aberto na AGESPISA – Águas e Esgotos do Piauí S/A, no setor de Licitações, sito à Avenida Marechal Castelo Branco, nº 101-N – Cabral, 1º andar, Bloco "B", o SRP Nº 006/2018-CPL, com abertura dos envelopes, no dia 15 de maio de 2018, às 09:00 horas, no endereço acima. O Edital em seu inteiro teor será entregue aos interessados diariamente, de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 13:00 horas. O valor do Edital é de R\$ 30,00 (trinta reais), para cobrir despesas com reprografia. Maiores informações pelo telefone (86) 3198-0170.

Teresina, 02 de maio de 2018

SILVANIA DA SILVA CARVALHO
Pregoeira

GENIVAL BRITO DE CARVALHO
Diretor Presidente

Of. 479

AVISO DE PUBLICAÇÃO
EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/18 - CPL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA AMPLIAÇÃO DO SAADA DA CIDADE DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ – PI, (RESERVATÓRIO ELEVADO DE 800 M³, IMPLANTAÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE REDE DE CIMENTO DE AMIANTO). Acha-se aberto na AGESPISA – Águas e Esgotos do Piauí S/A, no setor de Licitações, sito à Avenida Marechal Castelo Branco, nº 101-N – Cabral, 1º andar, Bloco "B", o Edital da Concorrência Pública Nº 01/2018-CPL, com abertura dos envelopes, no dia 08 de junho de 2018, às 09:00 horas, no endereço acima. O Edital em seu inteiro teor será entregue aos interessados diariamente, de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 13:00 horas. Maiores informações pelo telefone (86) 3198-0150 Ramal 286.

Teresina, 02 de maio de 2018

SILVANIA DA SILVA CARVALHO
Presidente da CPL

GENIVAL BRITO DE CARVALHO
Diretor Presidente

Of. 503

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DO PIAUÍ

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DO PIAUÍ, declara para que possa ser conhecido pelo público em geral e para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento e classificação das propostas referentes ao procedimento licitatório, realizado em 13/04/2018, sob a modalidade TOMADA DE PREÇO nº 050/2018 que teve por vencedora a empresa: VÉRTICEN ENGENHARIA EIRELI que apresentou PREÇO PRATICADO NO MERCADO em todos os itens, devidamente comprovado através do processo licitatório, de responsabilidade desta Comissão Permanente de Licitações que foi nomeada através da Portaria nº 14/2017, estando, pois, o respectivo procedimento, conclusivo, para submissão ao exercício do controle final por parte da autoridade superior.

Palmeira do Piauí-PI, 13 de abril de 2018

CLEMILDA ARAÚJO PINHEIRO
Presidente da CPL

SALVIANA RODRIGUES BAIÃO
Membro

SEBASTIÃO JOSÉ FERREIRA DE SOUSA
Membro

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

REFERENTE AO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 050/2018

HOMOLOGO o resultado do procedimento licitatório nº 050/2018, na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 050/2018, realizado em 13/04/2018, para que a adjudicação nele referida produza seus jurídicos e legais efeitos.

Seja dada ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes, nos termos da discriminação abaixo:

Vencedora: VÉRTICEN ENGENHARIA EIRELI

TOTAL – R\$ 155.980,45 (Cento e cinquenta e cinco mil novecentos e oitenta reais e quarenta e cinco centavos)

Palmeira do Piauí-PI, 13 de abril de 2018

João da Cruz Rosal da Luz Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

TOMADA DE PREÇO Nº 050/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Palmeira do Piauí - PI
CONTRATADO: VÉRTICEN ENGENHARIA EIRELI
CNPJ: 24.938.016/0001-08

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO (25,80X38m)"

VALOR GLOBAL: R\$ 155.980,45 (Cento e cinquenta e cinco mil novecentos e oitenta reais e quarenta e cinco centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA: Da contratação até a conclusão da Obra

FORMA DE PAGAMENTO: Em até 03 (três) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada.

DATA DE ASSINAURA: 13 de Abril de 2018

Palmeira do Piauí-PI, 13 de abril de 2018

João da Cruz Rosal da Luz Prefeito Municipal

P. P. 23579

PREFEITURA DE OEIRAS-PI AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 036/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2018. DATA DE ABERTURA: 17 de maio de 2018 às 08:00 horas. **MODALIDADE:** Tomada de Preços, Menor Preço. **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CIVIL PARA CONTRUÇÃO DE UMA PASSAGEM MOLHADA NO RIACHO TABOCAS NO MUNICÍPIO DE OEIRAS-PI. **VALOR PREVISTO:** R\$ 294.756,16 (duzentos e noventa e quatro mil setecentos e cinquenta e seis reais e dezesseis centavos). **LEI REGENTE** 8.666/93 c/ c 8.883/94 e suas alterações posteriores. **FONTE DE RECURSO:** SDR-PI/outros. **CÓPIADO EDITAL:** na sede da CPL, na Rua Jesuíno Moura, 35, sala 02, centro, Oeiras-PI, de segunda a sexta das 07:30 as 13:30 horas. **ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA:** Recebimento e Abertura: na sede da CPL Oeiras-PI

Oeiras (PI), 27 de abril de 2018.

Theresa Albano Duarte Franco Pereira
Presidente da CPL

P. P. 23587

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARANTE – PI AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE AMARANTE – PI, através da CPL, torna público, que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇOS n. 002/2018, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL E ADJUDICAÇÃO GLOBAL, em **17/05/2018**, às 08:00h, tendo como objeto: **Serviços de complementação da construção de Creche/Pré-escola 001. VALOR: 634.830,55. RECURSO:** Orçamento Geral/PAC2. **EDITAL:** Sede da Prefeitura Municipal de Amarante-PI. Situada na Praça Quincas Castro, nº 15, Centro.

Amarante (PI), 27 de Abril de 2018.

Gabriela Alves de Sousa
Pregoeiro/Presidente da Comissão

P. P. 23588

ESTADO DO PIAUÍ PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 03/2018 – PMP/PI OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE DRENAGEM NOS BAIROS SÃO VICENTE DE PAULA, SANTA LUZIA E JOAZ SOUZA NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA DE PARNAÍBA-PI.** TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL, OBSERVADAS AS DIRETRIZES DA LEI 8.666/93. REGIME: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL DATA DE ABERTURA: 07/06/2018, ÀS 09:00 hs. SUPORTE LEGAL: LEI Nº 8.666/93, C/C LEI Nº 8.883/94 E DEMAIS DISPOSITIVOS LEGAIS PERTINENTES. FONTE DE RECURSOS: 001/100/000 e 940/110/000 LOCAL: SALA DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA. A Comissão Permanente de Licitação do Município de Parnaíba torna público que realizará procedimento licitatório na modalidade declarada na ementa, o qual deverá ser regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. O Edital está à disposição dos interessados na sala da Central Permanente de Licitações na Rua Itaúna nº 1434 - Bairro Pindorama, Parnaíba-PI, CEP: 64215-115, de segunda à sexta-feira, de 08 às 13 horas. Contato 3323-2900 e e-mail: cpl@parnaiba.pi.gov.br. Parnaíba (PI), 02 de maio de 2018. José Claudio Coutinho Araújo. Presidente Comissão Permanente Licitação - Grupo II Prefeitura Municipal de Parnaíba/PI.

P. P. 23594

PREFEITURAMUNICIPALDEAVELINOLOPES-PI

AVISO DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇOS Nº025/2018

A CPL da P.M. de Avelino Lopes-PI, realizará Tomada de Preços nº025/2018. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A CONCLUSÃO DA QUADRA DE ESPORTE DA LOCALIDADE BATALHA ELA GO DO GATO DO MUNICÍPIO DE AVELINO LOPES-PI (Obra remanescente). CONVÊNIO MINIST. ESPORTE Nº 100092073/12/FPM/ICMS/ISS E REC.PRÓPRIOS. ABERTURA: 17 de maio de 2018 as 08:30 horas, na sala da CPL de Avelino Lopes-PI.

TOMADA DE PREÇOS Nº026/2018

A CPL da P.M. de Avelino Lopes-PI, realizará Tomada de Preços nº026/2018. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A CONCLUSÃO DA QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO DO COLÉGIO URBANO ARAUJO NO MUNICÍPIO DE AVELINO LOPES-PI (Obra remanescente). CONVÊNIO FNDE TC PAC 2 Nº 05216/13/FPM/ICMS/ISS E REC.PRÓPRIOS. ABERTURA: 18 de maio de 2018 as 08:30 horas na Sala da CPL de Avelino Lopes-PI.

TOMADA DE PREÇOS Nº027/2018

A CPL da P.M. de Avelino Lopes-PI, realizará Tomada de Preços nº027/2018. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A CONCLUSÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍDEO DAAV. JATOBÁ (TR 01) E RUA DIONÍSIO JOSÉ ALVES (TR 01, 02, 03 E 04) NO MUNICÍPIO DE AVELINO LOPES-PI (Obra remanescente). CONVÊNIO MIN. DAS CIDADES Nº 806233/14/FPM/ICMS/ISS E REC.PRÓPRIOS. ABERTURA: 18 de maio de 2018 as 10:30 horas na Sala da CPL de Avelino Lopes-PI.

MARIA APARECIDA DO C. SOUSA
Presidente da CPL

PREFEITURAMUNICIPALDEMANOELEMÍDIO-PI

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº006/2018

Prefeitura de Manoel Emídio/PI, TPNº006/2018. Objeto: serviços de roço em margens de Rodovias Vicinais do Município. Abertura: 18/05/2018 às 15:00hs.

JACKSON CARREIRO VARÃO
Secretário CPL

P. P. 23589

OUTROS

AVISO DE REQUERIMENTO

A Prefeitura Municipal de Campo Largo – PI, com CNPJ nº 01.612.754/0001-65, localizada na Rua João Pereira dos Santos S/N, torna público que **REQUEREU** junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMAR, Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) para a implantação do Sistema de Limpeza Urbana com ênfase na Destinação Final – Aterro Sanitário Público no município.

P. P. 23580

POSTO HIDROLANDIA LTDA, CNPJ: 03.069.763/0001 - 87, torna público que requereu da SEMAR - PI, (Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí) Licença de Operação para o Transporte de Produtos Perigosos.

P. P. 23581

Edital de Licenciamento

Eu, FAZENDA BRAZILDAN INVESTIMENTOS FLORESTAIS LTDA, inscrito sob CNPJ/CPF: 19.241.054/0002-58, torna público que requer junto à Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - SEMAR-PI, os pedidos de Licenças Prévia, Instalação, operação e AD, município de Palmeira do Piauí – PI.

Bom Jesus, 23 de dezembro de 2017.

P. P. 23585

FELIPE JOSÉ LEMOS DE SOUZA (POSTO SOUZA), CNPJ nº 29.983.757/0001-24, torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR-PI, as **Licenças Prévia (LP), de Instalação (LI) e de Operação (LO)**, para operação de um Posto de Combustíveis, na Avenida Sandoval Pinheiro, 83, Centro, Marcolândia, Estado do Piauí.

AMANCIO GALDINO DA COSTA, CNPJ 14.288.436/0001-32, torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR-PI, a **Renovação da Licença de Operação (LO)** de um Posto de Combustíveis localizado na zona urbana do município de Campo Grande do Piauí – PI.

P. P. 23586

Eustáquio Gonçalves dos Reis, residente à Rua Planetóides, Nº 364, Bairro Santa Lucia – MG, torna público que requereu à SEMAR-PI, a Autorização e Outorga De Uso dos Recursos Hídricos, Para a Regularização De Um Poço Tubular Profundo Existente, na localidade Fazenda Veneza, Zona Rural do Município De Parnaíba – PI, Aquífero: Embasamento Cristalino, Bacia: Rio Parnaíba; Sub-bacia: Rio Gurguéia, Coordenadas: Latitude: S 10°24' 58.00"; Longitude: O 44°33'45.00", destinado ao consumo humano e animal.

P. P. 23590



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO PIAUÍ – FAPEPI

PRORROGAÇÃO DE INSCRIÇÃO DE PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU/ BÓSAS DE DOUTORADO – ACORDO FAPEPI/CAPEs **EDITAL FAPEPI/CAPEs Nº 006/2018**

A Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Piauí - FAPEPI, no uso das suas atribuições, publica a prorrogação do Cronograma do Edital FAPEPI/CAPEs Nº 006/2018, para nele fazer constar que:

A RECEPÇÃO DAS PROPOSTAS NO SIGFAPEPI será prorrogada até **às 13 horas do dia 03 de Maio de 2018.**

A RECEPÇÃO DAS PROPOSTAS NA FAPEPI será prorrogada até **04 de Maio de 2018.**

Teresina (PI), 27 de Abril de 2018.

Francisco Guedes Alcoforado Filho
Presidente da FAPEPI

PRORROGAÇÃO DE INSCRIÇÃO DE PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU/ BÓSAS DE MESTRADO – ACORDO FAPEPI/CAPEs **EDITAL FAPEPI/CAPEs Nº 005/2018**

A Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Piauí - FAPEPI, no uso das suas atribuições, publica a prorrogação do Cronograma do Edital FAPEPI/CAPEs Nº 005/2018, para nele fazer constar que:

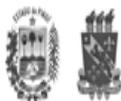
A RECEPÇÃO DAS PROPOSTAS NO SIGFAPEPI será prorrogada até **às 13 horas do dia 03 de Maio de 2018.**

A RECEPÇÃO DAS PROPOSTAS NA FAPEPI será prorrogada até **04 de Maio de 2018.**

Teresina (PI), 27 de Abril de 2018.

Francisco Guedes Alcoforado Filho
Presidente da FAPEPI

Of. 152



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - NEAD



ERRATA 001

EDITAL NEAD/UESPI/UAB Nº 003/2018

A Universidade Estadual do Piauí - UESPI, por intermédio da Pró - Reitoria de Ensino de Graduação - PREG, da Pró - Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação - PROP e do Núcleo de Educação a Distância - NEAD, do Processo Seletivo EDITAL NEAD/UESPI/UAB Nº 003/2018 do Núcleo de Educação a Distância - NEAD, no uso de suas atribuições legais, torna pública a seguinte **RETIFICAÇÃO**:

PÓS - GRADUAÇÃO (*LATO SENSU*)

Tabela III - CURSO, POLOS, QUANTIDADE DE VAGAS E CARGO.

ONDE SE LÊ:

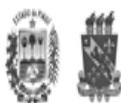
ESPECIALIZAÇÃO EDUCACIONAL: ESPAÇOS ESCOLARES E NÃO ESCOLARES	EM GESTÃO	POLOS	QUANTIDADE DE VAGAS
		ITAINÓPOLIS	02
		JAICÓS	04
		PIO IX	04

LEIA-SE:

ESPECIALIZAÇÃO EDUCACIONAL: ESPAÇOS ESCOLARES E NÃO ESCOLARES	EM GESTÃO	POLOS	QUANTIDADE DE VAGAS
		ITAINÓPOLIS	02
		JAICÓS	04
		PIRACURUCA	04

Teresina-PI, 26 de abril de 2018.

Franklin Oliveira Silva
Presidente da Comissão
Diretor Geral do NEAD/UESPI



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - NEAD



ADITIVO 02

EDITAL NEAD/UESPI/UAB Nº 002/2018

O Núcleo de Educação a Distância da Universidade Estadual do Piauí (NEAD/UESPI), por intermédio da Comissão Geral do Processo Seletivo Edital NEAD/UESPI/UAB Nº. 002/2018, e

Considerando:

- a obrigação do NEAD/UESPI de não causar danos e assegurar tanto a isonomia e a impessoalidade entre os candidatos no processo seletivo;

- que segundo o Edital 002/2018 no seu subitem 15.1 - Das Disposições Finais - "permite eventuais retificações, atualizações ou acréscimos, circunstância que será mencionada em Aditivos ao referido Edital ou Aviso a ser publicados".

A Comissão Geral do referido Processo Seletivo,

RESOLVE ADITIVAR:

- a prorrogação da **Publicação do Resultado da Análise Curricular e novo cronograma** ao Edital NEAD/UESPI/UAB Nº 002/2018.

ANEXO I

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PARA TUTORES A DISTANCIA DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS/ESPANHOL

EDITAL NEAD/UESPI/UAB Nº 002/2018

EVENTO	PERÍODOS
Lançamento/Publicação do Edital	23.03.2018
Interposição de Recursos contra o Edital	26 a 27.03.2018
Resultado Interposição de Recursos contra o Edital	28.03.2018
Inscrições online	02 a 09.04.2018
Publicação do Resultado da Homologação das Inscrições	13.04.2018
Interposição de recurso contra a homologação das inscrições	16 a 17.04.2018
Resultado da Interposição de recurso contra a homologação das inscrições	20.04.2018
Publicação do Resultado da Análise Curricular	04.05.2018
Interposição de Recurso contra o Resultado da Análise Curricular	07 a 08.05.2018
Publicação do Resultado dos Recursos Interpostos contra o Resultado da Análise Curricular	15.05.2018
Publicação do Resultado Preliminar	Até 18.05.2018
Interposição de Recurso contra o Resultado Preliminar	21 a 22.05.2018
Resultado Final	25.05.2018

Observação: Os prazos poderão ser alterados, conforme a necessidade de ajustes e adequações apresentada pela Comissão Geral do Seletivo.

Teresina (PI), 27 de abril de 2018

Prof. Dr. Franklin Oliveira Silva
Diretor Geral NEAD/UESPI/UAB
Teresina - PI

CONVOCAÇÃO Nº 007

REFERENTE AO EDITAL NEAD/UESPI/UAB Nº 001/2018

A Universidade Estadual do Piauí - UESPI, por intermédio da Coordenação de Projetos e Documentação - COPDOC, do Núcleo de Educação a Distância - NEAD, da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado para Professor Formador, Edital NEAD/UESPI/UAB Nº 001/2018 para a função de **Professor Formador**, resolve **CONVOCAR** a candidata classificada, abaixo relacionada, no referido Processo Seletivo para comparecer, no período de **03 de maio a 10 de maio de 2018, das 08h às 12h** (dias úteis), na Secretaria do Curso de Licenciatura Plena em Matemática do Núcleo de Educação a Distância - NEAD, (Rua João Cabral, nº 2231, bairro Pirajá, Teresina-PI), munido de cópias e originais dos seguintes documentos: **RG, CPF, Diploma de graduação, Diploma da última titulação, Comprovante de Endereço (que contenha bairro e CEP), Estado civil (caso seja casado(a), o nome do cônjuge), Extrato bancário do Banco do Brasil, Número de dois telefones, Endereço de e-mail, Comprovante de experiência.**

DISCIPLINA: DESENHO GEOMÉTRICO

ORDEM	INSCRIÇÃO	SITUAÇÃO
04	TATIANA DUARTE DE BRITO	CLASSIFICADO(A)

Teresina (PI), 27 de abril de 2018

Prof. Dr. Franklin Oliveira Silva
Diretor Geral Núcleo de Educação a Distância - NEAD

Of. 038



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

EDITAL

A Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, CNPJ Nº. 12.176.046/0001-45, com sede na Rua 13 de Maio, 307, – Centro, nesta cidade de Teresina, torna público o recebimento do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA de **COMVAPAÇUCARE ÁLCOOL LTDA** referente a um **Projeto Agrícola** localizado na Fazenda Santa Júlia, localizado na zona rural do município de **MIGUELALVES – PI**, ficando estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de publicação deste Edital, durante o qual a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos receberá requerimentos para a realização de Audiência Pública.

Teresina, 25 de maio de 2018.

ROBÉRIO ASLAY DE ARAÚJO BARROS

Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí

Of. 287



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

EDITAL Nº01/18 “PROJETO BOCA DA NOITE, TERESINA”

Edital de Seleção Pública de Projetos de Músicos e/ou Grupos Musicais participantes do Projeto Boca da Noite 2018.

A Secretária de Estado da Cultura, no uso de suas atribuições legais, torna pública a abertura do Edital para seleção de músicos e/ou grupos musicais que participem do processo de seleção do Projeto Boca da Noite 2018, nos termos deste Edital e de seu Regulamento (em anexo), e demais normas aplicáveis em vigor.

1. APRESENTAÇÃO

O presente Edital é um processo seletivo com inscrições previstas para o período de 25 de Abril a 04 de Maio de 2018. Tem por objetivo definir a programação anual do Projeto Boca da Noite, através do processo de seleção de músicos e/ou grupos musicais que participem do processo de seleção deste edital.

2. DO OBJETO

O presente Edital tem por objetivo a seleção de músicos e/ou grupos musicais para o “PROJETO BOCA DA NOITE”, responsável por fomentar, incentivar e divulgar a música piauiense, formar plateia, bem como proporcionar apresentação no Espaço Osório Júnior, “Clube dos Diários” e dar reconhecimento aos cantores(as) e compositores(as) do Estado do Piauí.

3. DAS INSCRIÇÕES

As inscrições para o Projeto Boca da Noite serão realizadas no período de 25 de Abril a 04 de Maio do ano em curso, junto à Diretoria de Ação Cultural (DAC) da Secretaria de Estado da Cultura (Sede – Praça Marechal Deodoro da Fonseca) das 08h00 às 13h00min, conforme cronograma abaixo:

Inscrição: 25/04/18 a 04/05/2018

Audições: 07 e 08/05/2018

Resultado preliminar: 09/05/2018

Prazo para recursos: 11 e 14/05/2018

Resultado Final: 16/05/2018

Previsão de Abertura Oficial do Projeto Boca da Noite 2018: 23/05/2018

4. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados serão divulgados por meio de afixação de relação junto aos murais da SECULT bem como de suas casas sediadas em Teresina, no site www.cultura.pi.gov.br e ainda junto às redes sociais oficiais do órgão.

5. DA COMISSÃO

A seleção dos trabalhos ficará a cargo da Comissão Julgadora que será nomeada pela Secretária de Estado da Cultura, por meio de ato específico, pelo que será constituída de 05(cinco) membros de notório saber artístico e cultural, sendo 02 (dois) representantes da SECULT, 01(um) representante do Sindicato dos Músicos, 01(um) representante do Conselho Estadual de Cultura e 01(um) representante da Ordem dos Músicos do Brasil no Piauí.

6. DO PAGAMENTO

A SECULT disponibilizará o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para cada selecionado pela Comissão Julgadora.

Fica a cargo do selecionado o pagamento de imposto proventos decorridos pelos serviços prestados de acordo com as normas da Lei a que se submete sua profissão.

7. DO REGULAMENTO E ESCLARECIMENTOS

Todas as informações acerca do Projeto e seu regulamento encontrar-se-ão disponíveis gratuitamente no ato da inscrição junto à Diretoria de Ação Cultural - DAC, das 08:00h às 13:00h, pelo fone (86)3226-2621.

8. FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Teresina/PI, para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes qualquer outro, por mais privilegiado que seja e arcando com a responsabilidade por qualquer dano que porventura venha a causar à Administração Pública.

Teresina/PI, 20 de Abril de 2018.

Marlenildes Lima da Silva
Secretária de Estado da Cultura

Elayne Francisca de Jesus Sousa
Diretora de Ação Cultural

**PROJETO BOCA DA NOITE
ANEXO I**

REGULAMENTO

O presente regulamento contempla as diretrizes básicas do funcionamento para o Projeto “Boca da Noite”, bem como os passos a serem seguidos pela Comissão Organizadora e pelos participantes.

I. DA INSCRIÇÃO

As inscrições para o Projeto Boca da Noite serão realizadas no período de 25 de Abril a 04 de Maio do ano em curso junto à Diretoria de Ação Cultural (DAC) da Secretaria de Estado da Cultura (Sede – Praça Marechal Deodoro da Fonseca) das 08h às 13h, conforme item 3 deste edital (Das Inscrições).

(1) No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes materiais:

- Histórico Musical do artista ou banda;
- CD ou DVD com no mínimo 03(três) músicas para serem analisadas pela Comissão do Projeto;
- Repertório escrito constando o nome dos respectivos autores;
- Histórico Musical do artista ou banda constando de 03(três) fotografias em formato digital (CD ou Pen Drive), para divulgação;
- Mapa de Palco;
- Cópia da documentação pessoal (RG, CPF, Comprovante de Residência), inclusive dos dados bancários do responsável - artista ou banda;
- Certidão Negativa Receita Federal;
- Certidão Negativa Dívida Ativa (SEFAZ);
- Certidão Negativa Situação Fiscal e Tributária (SEFAZ).

(2) A inscrição do candidato somente será válida mediante a entrega de todo o material acima mencionado, ensejando inabilitação por conta da apresentação incompleta dos mesmos.

(3) Todo material entregue, ficará à disposição da Secretaria de Cultura, para acervo e arquivo.

II. DA PONTUAÇÃO

Serão atribuídos os pontos de acordo com quadro abaixo:

- 1 – Excelência artística do proponente: de 5 a 10 pontos;
- 2 – Histórico do artista /grupo ou currículo: de 5 a 10 pontos;
- 3 – Total Máximo: 20 pontos.

III. DA CLASSIFICAÇÃO

- (1) Serão classificados os candidatos que obtiverem maior quantidade de pontos no processo de avaliação a ser realizado pela Comissão Julgadora;
- (2) Os candidatos serão classificados por ordem decrescente dos pontos obtidos em lista de classificação geral;
- (3) Ocorrendo empate na classificação dos candidatos, o desempate se dará, pela ordem prioritária conforme abaixo, em prol do candidato que:
 - A) Obtiver maior nota no quesito Excelência Artística do proponente;
 - B) Obtiver maior nota no quesito Histórico do artista/grupo ou currículo;
 - C) For mais idoso.
- (4) Caso o artista e/ou grupo selecionado por meio deste edital não possa, por algum motivo, realizar o show, dará lugar ao próximo candidato mais pontuado na seleção (suplente).
- (5) Qualquer alteração na data de apresentação, após sua aprovação, deverá ser solicitada à Secretaria de Estado de Cultura-SECULT, mediante a entrega “de requerimento”, em que serão apresentadas as mudanças pretendidas e a justificativa para cada alteração, sendo obrigatório preservar o caráter original da proposta selecionada.
- (6) A ordem de apresentação ficará a cargo da SECULT, podendo haver mudanças de datas, onde será avisado previamente em um período de até 20 (vinte) dias.
- (7) Em caso de mudança de data por motivos reservados a SECULT, os artistas serão avisados em até vinte dias, para se adequar às novas datas.
- (8) Tendo em vista a inclusão de novos artistas ou grupos, no cenário musical piauiense, fica a partir deste edital 2018, que apenas 14 (quatorze), artistas poderão reincidir do ano anterior, ficando as outras 15 vagas reservadas para artistas ou grupo, que porventura não participaram da edição anterior.

IV. DOS RECURSOS

- (1) O recurso deverá ser devidamente fundamentado e dirigido à Comissão Organizadora do Processo Seletivo, após a divulgação da lista dos profissionais selecionados.
- (2) No requerimento do Recurso, cada questionamento deverá ser indicado individualmente, por área de conhecimento e fundamentada com lógica e consistência.
- (3) Os candidatos deverão encaminhar os recursos em 02 (duas) vias (original e cópia). O recurso deverá ser digitado. Cada questionamento deverá ser apresentado em folha separada, identificada, conforme modelo a seguir:

MODELO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECURSO – PROJETO BOCA DA NOITE SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Candidato:

Nº do documento de identidade:

Nº de inscrição:

Argumentação lógica e Fundamentação:

Data:

Assinatura:

- (4) O Recurso deverá ser encaminhado à Comissão Julgadora segundo o calendário no item 3 deste Edital (Da Classificação).
- (5) Os pontos correspondentes aos questionamentos, porventura anulados, serão atribuídos a todos os candidatos, independentemente da formulação do Recurso.
- (6) O resultado preliminar divulgado poderá ser alterado em função dos recursos impetrados.

V. DIREITO DO USO DE IMAGEM E SONS.

- (1) Os participantes inscritos no Edital autorizam a captação e uso gratuito de sua imagem e voz, para fins de divulgação da programação e

ações de comunicação institucional da SECULT, por período indeterminado.

- (2) Fica também autorizada a gravação de áudio e vídeo das apresentações e atividades de formação para transmissão online, em rede pública de TV e rádio e posterior criação de vídeo institucional de divulgação da SECULT, a ser utilizado para fins não comerciais por período indeterminado.

VI. DA REALIZAÇÃO DE SHOWS

- (1) No repertório de todos os shows deverá constar no mínimo de 60% (sessenta por cento) de músicas autorais ou de compositores piauienses. O não cumprimento desta cláusula acarretará o desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor pago do cachê artístico;
- (2) O horário estabelecido para o início e término dos shows do Projeto Boca da Noite será: INÍCIO: 18h30min e TÉRMINO: 21h00min.
- (3) A passagem de som do artista ou banda agendada para shows deverá acontecer no mínimo 01(uma) hora antes do horário previsto para o início do show;
- (4) Que o classificado seja fiel ao material apresentado na inscrição, com relação à quantidade de músicos e instrumentos apresentados.
- (5) O Projeto Boca da Noite será realizado todas as quartas-feiras (exceto feriados), no Clube dos Diários, Espaço Cultural Osório Júnior, em Teresina. Podem os interessados de quaisquer cidades do Estado candidatar-se para as apresentações na capital, desde que se responsabilizem pelos custos de deslocamento, alimentação e hospedagem.

VII. DA REMUNERAÇÃO

- (1) O valor para todos os shows do Projeto Boca da Noite será de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).
- (2) O processo para recebimento do cachê do Projeto Boca da Noite será instruído mediante protocolo de requerimento com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data agendada para o show junto a SECULT para a devida abertura de procedimento interno de empenho, devendo o interessado dirimir suas dúvidas relacionadas à apresentação de nota fiscal ou assuntos afins junto à Gerência Administrativa Financeira – GAF deste Órgão.

VIII. TERMO DE COMPROMISSO

- (1) O termo acima citado rege as obrigações a serem cumpridas pelas partes envolvidas na realização de cada show;
- (2) As partes envolvidas nos shows do Projeto são:
 - (A) A Secretaria de Estado da Cultura – SECULT;
 - (B) Artista/Banda selecionado para o Projeto Boca da Noite;
 - (3) Obrigações da SECULT:

A SECULT será obrigada a cumprir com o pagamento de cachê artístico no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), observado o critério de 60% (sessenta por cento) de repertório obrigatório de músicas autorais ou de autores piauienses. Cumprirá à SECULT promover infraestrutura de palco, som e luz, técnico de som e luz, assistente de palco e a divulgação do show.

- (4) Obrigações dos artistas:

- A. Ao artista caberá o cumprimento de todas as normas previstas neste regulamento, como também, as previstas no termo de compromisso pelas partes envolvidas nas realizações dos shows do Projeto.
- B. Prestar conta da apresentação do show por meio de fotos e vídeos.
- (5) O termo de compromisso será um documento à parte deste regulamento e observará todos os critérios de relevância para o cumprimento das partes envolvidas quando da realização dos shows do Projeto Boca da Noite.

IX. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Todos os casos omissos neste regulamento serão apreciados e julgados pela Comissão Organizadora do Projeto Boca da Noite.

Teresina/PI, 20 de Abril de 2018.

Marlenildes Lima da Silva
Secretária de Estado da Cultura

Elayne Francisca de Jesus Sousa
Diretora de Ação Cultural

Of. 051



AEP Agrícola S.A.

Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil 31 de dezembro de 2017 e relatório do auditor independente

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstração dos resultados	8
Demonstração dos resultados abrangentes	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Aos Administradores e Acionistas
AEP Agrícola S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da AEP Agrícola S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AEP Agrícola S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 das demonstrações financeiras que descreve que o pressuposto de continuidade operacional da Companhia, base para a elaboração das demonstrações financeiras, não é mais apropriado devido à inviabilidade dos projetos inicialmente propostos. A administração está em fase de elaboração do plano de desmobilização e liquidação da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com

a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos e os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2018

Opes Consultoria Financeira e Contábil Ltda.
Auditores Independentes
CRC RJ-007.230/O-1

Osvaldo Henrique Santos Sales
Contador CRC RJ 109.061"O

AEP Agrícola S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Balanço patrimonial

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	143	101	Fornecedores		17	17
Contas a receber		190	205	Obrigações trabalhistas e sociais		1	4
Tributos a recuperar		23	28	Tributos a recolher		5	1
Outros ativos		16	15	Empréstimos - partes relacionadas	5	10.900	10.167
Total do circulante		372	349	CPRs - partes relacionadas	5		8.067
				Outros passivos		4	3
				Total do circulante		10.927	18.259
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Contas a receber - partes relacionadas	5	1.747	1.747	Notas promissórias - partes relacionadas	5	15.842	6.036
Propriedades para investimento	7	33.499	33.499	Tributos diferidos	9	14.353	14.353
Imobilizado	8	26.522	26.929	Provisão para perda em investimentos	6	3.570	2.657
Ativo biológico			92	Total do não circulante		33.765	23.046
Total do não circulante		61.768	62.267	Patrimônio líquido	10		
				Capital social		21.485	21.485
				Ajuste de avaliação patrimonial		27.862	27.862
				Outros resultados abrangentes		360	399
				Prejuízos acumulados		(32.259)	(28.435)
				Total do patrimônio líquido		17.448	21.311
Total do ativo		62.140	62.616	Total do passivo e do patrimônio líquido		62.140	62.616

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AEP Agrícola S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Demonstração de resultado

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida	11	29	744
Custo do produto vendido			(1.616)
Prejuízo bruto		29	(872)
(Despesas)/receitas operacionais			
Despesas gerais administrativas			
Despesas com fazenda	12	(281)	(521)
Depreciação		(409)	(416)
Resultado de equivalência patrimonial	6	(873)	(785)
Outras receitas/(despesas) líquidas	13	(649)	(793)
Prejuízo operacional		(2.183)	(3.387)
Resultado financeiro líquido	14		
Despesas financeiras		(3.585)	(2.868)
Receitas financeiras		1.944	4.672
		(1.641)	1.804
Prejuízo do exercício		(3.824)	(1.583)
Quantidade de ações		16.707	16.707
Prejuízo por ação	10	(0,2289)	(0,0948)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



AEP Agrícola S.A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Demonstração do resultado abrangente
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2017	2016
Prejuízo do exercício	(3.824)	(1.583)
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior	(39)	399
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>(3.863)</u>	<u>(1.184)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AEP Agrícola S.A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Demonstração de mutação do patrimônio líquido
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>21.485</u>	<u>27.862</u>	<u> </u>	<u>(26.850)</u>	<u>22.497</u>
Prejuízo do exercício				(1.585)	(1.585)
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior			399		399
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>21.485</u>	<u>27.862</u>	<u>399</u>	<u>(28.435)</u>	<u>21.311</u>
Prejuízo do exercício				(3.824)	(3.824)
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior			(39)		(39)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>21.485</u>	<u>27.862</u>	<u>360</u>	<u>(32.259)</u>	<u>17.448</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AEP Agrícola S.A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Demonstração do fluxo de caixa

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos impostos	(3.824)	(1.583)
Valor residual de venda de ativo		64
Depreciação e amortização	409	416
Resultado de equivalência patrimonial	873	785
Perda na atualização do CPR	557	828
Juros provisionados e não pagos	1.643	(1.800)
Prejuízo ajustado	(342)	(1.290)
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	15	(3)
Transação com partes relacionadas		(376)
Estoques		1.594
Ativos biológicos	92	(92)
impostos a recuperar	5	78
Outros ativos	1	17
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores		15
Obrigações sociais	(3)	2
Impostos a recolher	4	(1)
Outras contas a pagar	1	3
Caixa usado nas atividades operacionais	(227)	(54)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado / intangível	(2)	(10)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(2)	(10)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos com partes relacionadas	271	
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	271	
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	42	(64)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	101	165
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	143	101
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	42	(64)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A AEP Agrícola S/A (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 01 de janeiro de 2014, focada no desenvolvimento de atividades agrícolas, com sua sede social na Fazenda Novo Horizonte, Rodovia Transcerrado, na cidade de Alvorada do Gurgueia, estado do Piauí.

A Companhia tem prazo indeterminado de duração e teve 99,99% de suas ações adquiridas pelo Fundo de Investimento em Participações Triscorp Ativos Florestais (“FIP TAF”) que é seu acionista controlador.

Os investimentos da Companhia realizados nos últimos anos resultaram em 5.168 hectares de área aberta, sendo 2.048 hectares com restrições fundiárias e 1.741 hectares de área arável, sendo 681 hectares com restrições fundiárias.

A Companhia detém 100% de uma companhia no exterior denominada AEP Overseas, sendo uma sociedade limitada e localizada na Palm Chamber, 197 Mais street, P.O. Box 3174, Road Town, Tortola, British Virgin Islands, constituída em 03 de maio de 2013 pela AEP S.A que foi incorporada em janeiro de 2014.

Dada a decisão de descontinuar os projetos, em virtude da inviabilidade dos empreendimentos por fatos alheios à sua responsabilidade, tais como fatores climáticos, cenário econômico no Brasil, disputas fundiárias e desejo dos cotistas em descontinuar os investimentos, a Administração coloca seus esforços no sentido de buscar o melhor caminho para desmobilizar seus ativos, em aderência às diretrizes do FIP TAF. A Companhia não possui geração de fluxo de caixa operacional positivo e encontra-se em fase de elaboração do plano de desmobilização e liquidação condicionado à venda de suas áreas e/ou ações. Essas demonstrações financeiras não foram elaboradas considerando o pressuposto de continuidade operacional e devem ser lidas nesse contexto.

Para suportar o processo de desmobilização e apuração do valor de mercado das áreas da Companhia, foi contratada a empresa CBRE para realização do laudo técnico. O valor de mercado encontrado leva em consideração as restrições fundiárias de parte das áreas.

Paralelamente a Companhia também busca produtores rurais interessados em firmar contratos de arrendamento de curto prazo para as áreas já preparadas para plantio.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando a Companhia em liquidação e seus ativos e passivos foram reconhecidos e mensurados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para Companhias nessa situação.

2 Base de preparação para as demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas considerando a Companhia no encerramento de suas operações e seus ativos e passivos foram reconhecidos e mensurados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para Companhias nessa situação.

a. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

O processo de elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa, recuperabilidade dos ativos e valor justo dos instrumentos financeiros.

O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

3 Resumo das principais práticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa que incluem depósitos bancários, com risco insignificante de mudança de valor e contas a receber.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: partes relacionadas e financiamentos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento.

c. Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem basicamente ao cultivo e plantio de soja e milho, cujos produtos agrícolas são vendidos a terceiros. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento em que atingem o ponto de colheita. Os ganhos ou perdas na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preços, custos necessários para colocação em condição de venda, taxa de desconto, plano de colheita da cultura e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

Os gastos com plantio referem-se aos custos de formação dos ativos biológicos. Como em 2017 não teve plantio, a Companhia não possuía ativos biológicos.

d. Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente a mesma metodologia. Desta forma sendo equiparado ao imobilizado. Por se tratarem de terras, não cabe amortização.

Anualmente a companhia realiza teste de recuperabilidade do ativo (*impairment*), de forma a mensurar se tal ativo deverá ser remensurado por sua perda contábil.

e. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido do custo atribuído, deduzido da depreciação e eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica estimada dos bens, conforme descrito na Nota 9. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

f. Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment

A Companhia avalia periodicamente os bens das propriedades para investimentos e do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do exercício ou na conta de ajuste de avaliação patrimonial, no caso dos terrenos, até o limite do valor do custo atribuído reconhecido. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados - antes dos impostos - gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

g. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

h. Provisão por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda ao valor recuperável.

i. Provisões

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável

que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é registrada no resultado, líquida de qualquer reembolso.

A provisão para contingências é constituída para as discussões judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a Administração da Companhia chama a atenção para as disputas fundiárias, porém, com base no laudo técnico contratado junto a CBRE, foi constatado que tais montantes não puderam ser mensurados com suficiente razoabilidade, portanto não cabendo provisão neste momento.

j. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de maneira confiável.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzidas de qualquer desconto comercial, abatimentos, impostos ou encargos sobre vendas.

k. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

l. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

m. Resultado por ação

O resultado por ação é computado pela razão do lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações no exercício.

n. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações foram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

Diário Oficial

28



Teresina (PI), Quarta-feira, 2 de maio de 2018 • Nº 81

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

A Companhia ainda está avaliando os efeitos que a IFRS 9 terá em suas demonstrações financeiras e respectivas divulgações.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Equivalentes de caixa		
Aplicações financeiras automáticas	143	101
Total	143	101

O caixa e equivalentes de caixa são utilizados, substancialmente, para o pagamento de despesas de curto prazo da Companhia.

A Companhia possui aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários - CDB com rendimento de 98% do CDI com liquidez diária e efetuadas com bancos de primeira linha.

As aplicações financeiras são resgatáveis a qualquer momento, sem perda do rendimento auferido, de acordo com a necessidade de caixa da Companhia.

5 Transações e Empréstimos entre partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 existiam as seguintes operações com sociedades ligadas e outras partes relacionadas:

	Ativo		Passivo					
	Contas a receber		Empréstimos		CPR		Notas Promissórias	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Partes Relacionadas								
(a)	1.747	1.747	271					
AEP Overseas (c)			10.629	10.167				
Nota Promissória - Ronaldo Giestas Tristão (b)							3.608	2.991
Nota Promissória - Eliane Aleixo (b)							3.674	3.045
CPR - Canto Buriti Bioeletricidade (d)						8.067		
Nota Promissória - Canto Buriti Bioeletricidade (d)							8.560	
	<u>1.747</u>	<u>1.747</u>	<u>10.900</u>	<u>10.167</u>		<u>8.067</u>	<u>15.842</u>	<u>6.036</u>

	Receitas		Despesas	
	2017	2016	2017	2016
AEP Overseas	1.110	3.614	(1.572)	(1.955)
Nota Promissória - Ronaldo Giestas Tristão	409	520	(750)	(451)
Nota Promissória - Eliane Aleixo	416	529	(763)	(459)
Nota Promissória - Canto Buriti Bioeletricidade			(493)	
	<u>1.935</u>	<u>4.663</u>	<u>(3.578)</u>	<u>(2.865)</u>

- (a) Contas a receber: Ao longo de 2014, 2015 e 2016 a Agro Energia Piauí S.A. recebeu e realizou pagamentos por conta e ordem da Companhia, que após encontro de contas gerou um saldo a receber no valor de R\$1.747. Mútuo: Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2017, com base em aprovação prévia do Conselho de Administração, a Canto do Buriti Bioeletricidade ("CBB") celebrou um contrato de mútuo com a Companhia. Os valores já foram 100% desembolsados para a AEP Agrícola e o contrato tem vencimento em 03 de fevereiro de 2019.
- (b) Em maio de 2016 venceu o Instrumento Particular de Compra e Venda de Cédula de Produto Rural - CPR celebrado entre a AEP Agrícola e Eliane Lustosa/Ronaldo Tristão. Os credores na mesma data resolveram celebrar o Instrumento Particular de Confissão de Dívida nas seguintes condições: (i) a AEP Agrícola confessa dever ao Ronaldo Tristão o valor de USD 945 e USD 963 para Eliane Lustosa; (ii) sobre o valor da dívida incidirão juros de 9% a.a. a serem pagos juntamente com o valor principal da dívida em uma única parcela no dia 05 de maio de 2019; e (iii) serão mantidas todas as garantias oferecidas no âmbito da CPR.
- (c) Contrato de empréstimo celebrado com a AEP Overseas INC, sendo a dívida inicial de USD 3.975, com incidência de juros de 3% ao ano. O objetivo do financiamento era levantar recursos para viabilização do projeto agrícola da Companhia. Em maio de 2015 teve quitação parcial de USD 1.200 equivalente a R\$3.667. Ao longo de 2016 e 2017 não ocorreu quitação do contrato.

O contrato junto à AEP Overseas está vencido. A Companhia já entrou em contato com os credores e ambos estão em fase de negociação sem que tenha multa ou qualquer alteração das variáveis descritas no contrato inicial.

Passivo circulante	Moeda	Taxa de Juros	Ano de vencimento	2017	2016	2015
AEP Overseas	USD	3% a.a.	2015	10.629	10.167	11.826
		2016	Juros incorridos	10.167	300	162
AEP Overseas			Variação cambial	10.167	300	162
				<u>10.167</u>	<u>300</u>	<u>162</u>
				<u>10.167</u>	<u>300</u>	<u>162</u>

- (d) O passivo no montante de R\$ 8.067 com a CBB decorre da emissão de crédito de produto rural no total de R\$ 9.000 que também tinham por objetivo levantar recursos para a produção de soja e milho, a qual seriam entregues em mercadoria quando tivesse a colheita. Em 25 de abril de 2017 a CBB celebrou o Instrumento Particular de Confissão de Dívida nas seguintes condições: (i) a AEP Agrícola confessa dever a CBB o valor de R\$8.067; (ii) sobre o valor da dívida incidirão juros de 9% a.a. a serem pagos juntamente com o valor principal da dívida em uma única parcela no dia 05 de maio de 2019; e (iii) serão mantidas todas as garantias oferecidas no âmbito da CPR.

6 Provisão para perdas em investimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia detinha 100% do capital social da AEP Overseas (entidade controlada), sendo seu ativo formado pelo crédito detalhado na nota 5, decorrente de empréstimo realizado pela Companhia, o qual na data base de 31 de dezembro de 2017 está avaliado em USD 3.213 (USD 3.120 em 2016), e seu passivo composto pelo empréstimo celebrado com Charles I.M. Graham, Lars Jonas Andreasson, Christmas Common Iom Ltda, e Dymic Internation Inc. no montante de USD 4.313 (USD 3.957 em 2016) na data base de 31 de dezembro de 2017 e 2016 e com taxa de juros de 9% ao ano.

O saldo atual desta conta é apresentado como uma provisão para perda em investimentos no valor de R\$ 3.570 (R\$2.657 em 2016) em virtude dos resultados negativos na controlada e cuja contabilização se dá pelo método de equivalência patrimonial. Para 31 de dezembro de 2017, temos:

Investida	% de participação	Ativo total	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) Líquido
Total	100%	10.696	4	(3.570)	(873)

Investida	Saldo em 31/12/2016	Distribuição de Lucros	Equivalência Patrimonial	Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior	Saldo em 31/12/2017
Total	(2.658)		(873)	(39)	(3.570)

7 Propriedades para investimento

Em 2016, os valores das propriedades da Companhia foram mensurados a partir do laudo técnico de avaliação patrimonial contratado junto a empresa CBRE. Após a conclusão do estudo, a Companhia decidiu transferir algumas Fazendas do grupo de Ativo Imobilizado para o grupo de Propriedades para Investimentos, uma vez que a Companhia entende que não irá mais utilizar esses ativos para produção, conforme previsto inicialmente. Como o valor justo das fazendas apurado é superior ao custo histórico inicialmente reconhecido, a transferência foi realizada pelo custo histórico, que está acrescido do custo atribuído anteriormente reconhecido. As propriedades para investimentos estão descritas abaixo:

	2016
Fazenda Campo Alegre	1.437
Fazenda Brejo da Viola	320
Fazenda Campo Alegre IV	528
Fazenda Campo Alegre Baixão Grande	874
Fazenda Olho D'água I	528
Fazenda Campo Alegre Lagoa Negra	533
Fazenda Lagoa Negra	6.922
Fazenda Plator Lagoa Negra	891
Fazenda Lagoa Negra IV	1.456
Fazenda Mata Grande	178
Fazenda Lagoa Negra I	3.206
Fazenda Olho D'água II	15.579
Fazenda Campo Alegre III	212
Fazenda Campo Alegre Lagoa Negra IV	517
Fazenda Campo Alegre VI	318
Total	33.499

Em 2017, a Companhia contratou novamente a CBRE a qual não evidenciou necessidade de testar por impairment, uma vez que o laudo de avaliação apresentou aumento nos valores da propriedade para investimentos (terrasnuas). Desta forma, a opinião da CBRE de valor ficou nas mesmas bases da avaliação de 2016, com alguns ajustes no valor de venda forçada. Diante deste cenário, o valor dos ativos em 2017 mantiveram-se os mesmos, pois não foi identificado perda de valor recuperável.

Caso a administração efetuasse reavaliação, os valores seriam de R\$ 138.000, considerando os itens do imobilizado.

8 Imobilizado

Conforme informado na Nota 7, a Companhia transferiu algumas Fazendas para o grupo de Imobilizado para Propriedades para Investimentos, sendo mantido na conta de imobilizado somente as Fazendas Novo Horizonte e Nova Alvorada, nas quais a Companhia tem a intenção de produção ou arrendamento das áreas para geração de benefícios econômicos futuros.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando a vida útil econômica estimada dos bens, como segue:

Taxas de depreciação:

Imobilizado	Taxa
Benfeitorias	5 a 10%
Máquinas Equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Outros	10 a 20%

A seguir, a movimentação do imobilizado durante o exercício:

Custo	Incorporação	Adições	Transferências	Baixa	31/12/2017
Imobilizado					
Fazendas (a)	24.631				24.631
Benfeitorias/Preparo de solo (b)	2.601				2.601
Máquinas	883				885
Equipamentos		2			
Móveis e Utensílios	78				78
Veículos	68			(23)	45
Outros	87				87
Total	28.348	2		(23)	28.327

Diário Oficial

30



Teresina(PI), Quarta-feira, 2 de maio de 2018 • Nº 81

Depreciação acumulada

Imobilizado	Incorporação	Adições	Transferências	Baixa	31/12/2017
Benfeitorias/Preparo de solo (a) (b)	(801)	(202)			(1.003)
Máquinas Equipamentos	(530)	(177)			(707)
Móveis e Utensílios	(12)	(4)			(16)
Veículos	(35)	(10)		23	(22)
Outros	(41)	(16)			(57)
Total	(1.419)	(409)		23	(1.805)
	26.929	(407)			26.522

Nota: Outras Imobilizações engloba: Almoarifado, alojamento, móveis e utensílios e Oficina.

a) Esses terrenos foram adquiridos de acionistas a Companhia optou em 2010 (antes da cisão), pela adoção do custo atribuído (deemed cost), por entender que existiam diferenças significativas entre os valores contábeis dos bens registrados nas demonstrações financeiras e os seus respectivos valores justos, de acordo com o ICPC10. Foi contratada a empresa Amaral D'Ávila Engenharia de Avaliações LTDA para efetuar a avaliação dos terrenos.

b) Ao longo de 2015 a Companhia realizou investimentos em abertura de 2.060 hectares de terras para desenvolvimento de atividades agrícolas e valorização das áreas. Em 2016 e 2017 não ocorreu novos investimentos.

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo

Representam tributos diferidos calculados sobre o ajuste a valor justo dos terrenos avaliados pela adoção do Custo atribuído (deemed cost), de acordo com o ICPC10 e CPC 32.

Custo Atribuído Incorporação	42.215
Aliquota de IR e CS	34%
IR e CS Diferido	14.353
Ajuste de avaliação patrimonial	27.862

10 Patrimônio líquido

a. Capital

Em 28 de abril de 2015 houve aumento de capital na Companhia conforme Assembleia Geral Extraordinária no valor de R\$ 5.500 mil pelo FIP TAF.

O capital social subscrito e integralizado, é composto por 16.707.433 ações ordinárias. Sendo 16.707.432 subscritas pelo FIP TAF e 1 subscritas por Ronaldo Giestas Tristão, sem valor nominal.

	2017	2016
	Número de ações	Número de ações
Triscorp Ativos Florestais	16.707	16.707
	16.707	16.707

A antiga gestora Triscorp detém direito de aquisição de até 20% de ações do capital social da AEP Agrícola S.A., via bônus de subscrição, o valor unitário de cada nova ação será de R\$ 5,74 (cinco reais e setenta e quatro centavos), devidamente atualizado pelo índice IPCA+6% apurado pro rata die até o momento da efetiva conversão do bônus de subscrição em ações da AEP Agrícola S.A. Essa opção não foi exercida até 31 de dezembro de 2017.

b. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição obrigatória de 25% do lucro líquido do exercício.

c. Cálculo prejuízo por ação

De acordo com o CPC 41, o cálculo de prejuízo por ação foi realizado pela seguinte divisão:

	2017	2016
Resultado básico por ação		
Prejuízo líquido do exercício	(3.824)	(1.584)
Média ponderada de ações	16.707	16.707
Prejuízo básico por ação - em reais	(0,2289)	(0,0948)

11 Receitas Operacionais

	2017	2016
Receita Operacional Bruta		
Venda de Cascalhos(a)	21	709
Prestação de Serviços	16	140
Deduções		
Venda de Cascalhos(b)	(6)	(92)
Prestação de Serviços(b)	(2)	(13)
Receita Operacional Líquida	29	744

(a) Venda de cascalhos para o consórcio Transcerrados. (b) Incidência de ICMS, PIS e COFINS sobre a prestação de serviços.

12 Despesas Gerais e Administrativas e Despesas com Fazenda

	2017	2016
Despesas Gerais e Administrativas		
Salários e encargos sociais	(27)	(25)
Serviços de terceiros(a)	(94)	(113)
Outras despesas gerais e administrativas(b)	(48)	(56)
Despesas com Fazenda		
Serviços Prestados e Contratados		(2)
Manutenção de Veículos e Maquinários	(5)	(67)
Despesas Fundiárias(c)	(65)	(227)
Despesas Gerais(d)	(42)	(31)
	<u>(281)</u>	<u>(521)</u>

(a) Engloba principalmente: contabilidade e auditoria.

(b) Engloba principalmente: despesas legais e judiciais, seguros e material de uso e consumo.

(c) Engloba principalmente gastos que a Companhia possui referentes as disputas fundiárias como por exemplo contratação de uma pericia e seu assistente para fornecimento do laudo pericial das áreas em litigio determinado pelo Juiz da Vara Agrária da Comarca de Bom Jesus, honorários advocatícios, dentre outros.

(d) Engloba principalmente: despesas com pessoal, energia e manutenção de infraestrutura.

13 Outras receitas (despesas)

	2017	2016
Perda na Atualização das CPRs (a)	(557)	(827)
Ganho na alienação de imobilizado		19
Perda de ativo biológico	(92)	
Outras receitas operacionais		15
	<u>(649)</u>	<u>(793)</u>

(a) Perda referente às CPRs do Ronaldo Giestas Tristão e Eliane Lustosa no momento em que as partes celebraram o Instrumento Particular de Confissão de Dívida em 2016 e recompra em 2015.

14 Resultado financeiro líquido

	2017	2016
Receitas financeiras		
Aplicações Financeiras	8	8
Juros Ativos	1	
Variação cambial ativa (a)	1.935	4.663
	<u>1.944</u>	<u>4.671</u>
Despesas financeiras		
Juros passivos	(300)	(316)
Variação cambial passiva (a)	(2.173)	(2.214)
Juros sobre notas promissórias	(1.105)	(337)
Despesas bancárias	(7)	(1)
	<u>(3.585)</u>	<u>(2.868)</u>
	<u>(1.641)</u>	<u>1.803</u>

(a) Esta despesa/receita refere-se a variação cambial do empréstimo efetuado em moeda estrangeira (dólar) junto a AEP Overseas e aos contratos de confissão de dívida das CPRs.

15 Instrumentos financeiros

Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

A classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte

	2017	
	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	143	143
Contas a receber - curto prazo	190	190
Contas a receber - partes relacionadas	1.747	1.747
	<u>2.080</u>	<u>2.080</u>

	2016	
	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	101	101
Contas a receber - curto prazo	205	205
Contas a receber - partes relacionadas	1.747	1.747
	<u>2.053</u>	<u>2.053</u>

Os principais passivos financeiros da Companhia são os seguros ao custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Passivos financeiros		
Empréstimo - Partes relacionadas - Overseas mútuo	10.900	10.167
Empréstimo - Partes relacionadas - CPRs	-	8.067
Notas promissórias - Partes relacionadas	15.842	6.036
Contas a pagar	23	22
	<u>26.765</u>	<u>24.292</u>



a. Considerações gerais

A Companhia não possui contratos a termo, opções, swaps com opção de arrendamento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos". A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

b. Risco de Mercado

Exposição do Risco da taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. Conforme descrito na Nota 5, a Companhia possui empréstimos indexados em dólar.

A Companhia para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado, divulga como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente.

Os demais cenários foram construídos considerando a depreciação e apreciação do Real em relação à demais moedas em 25% e 50%.

A tabela a seguir apresenta os eventuais impactos nos resultados na hipótese de ocorrência destes cenários:

Em R\$ Mil	31/12/2017				
	Provável	Alta (25%)	Alta (50%)	Baixa (25%)	Baixa (50%)
BRL X USD	3,3	4,13	4,95	2,55	1,65
Empréstimos Overseas	10.900	13.625	16.350	8.175	5.450
Total	10.900	13.625	16.350	8.175	5.450

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir suas obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. De acordo com o cenário atual da Companhia, a mesma encontra-se em fase de liquidação condicionada à venda de seus ativos.

d. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe ao cumprir com suas obrigações contratuais. A estratégia da Companhia para não incorrer com riscos de crédito é a negociação das vendas existentes.

16 Eventos Subsequentes

A Administração da Companhia concluiu, com base nos fatos ocorridos entre 31 de dezembro de 2017 e a autorização das demonstrações financeiras, com base no CPC 24, que não houve eventos subsequentes relevantes que mereçam ser destacados.

Composição da Administração

Ronaldo Giestas Tristão
Diretor Presidente

Gabriela de Andrade Laba
Diretora Financeira

Responsável Técnico
Ronaldo Francisco dos Santos
Contador CRC-080.719/O-1

P. P. 23582

Agro Energia Piauí S.A.

Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil 31 de dezembro de 2017 e relatório do auditor independente

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Aos Administradores e Acionistas
Agro Energia Piauí S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Agro Energia Piauí S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agro Energia Piauí S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, que descreve que o pressuposto de continuidade operacional da Companhia, base para a elaboração das demonstrações financeiras, não é mais apropriado devido à inviabilidade dos projetos inicialmente propostos. A administração está em fase de elaboração do plano de desmobilização e liquidação da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

· Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

· Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

· Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

· Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

· Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2018

Opes Consultoria Financeira e Contábil Ltda.
Auditores Independentes
CRCRJ-007.230/O-1

Oswaldo Henrique Santos Sales
Contador CRC RJ 109.061/O

Agro Energia Piau S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Balanço patrimonial

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa		12	6	Fornecedores		17	2
Contas a receber	4	84	94	Obrigações sociais		1	15
Tributos a recuperar		15	8	Impostos a recolher		1	2
Total do circulante		111	108	Empréstimos e financiamentos	8		4.063
				Contas a pagar partes relacionadas	10	3.621	2.202
				Provisão para férias		15	21
				Total do circulante		3.655	6.305
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Investimentos	5	697	411	Empréstimos e financiamentos	8	6.930	3.437
Propriedades para investimento	6	56.310	56.310	Tributos diferidos	9	14.139	14.139
Imobilizado	7	41	30	Contas a pagar partes relacionadas		713	713
Total do não circulante		57.048	56.751	Total do não circulante		21.782	18.289
				Patrimônio líquido	11		
				Capital social		14.600	14.600
				Ajuste de avaliação patrimonial		27.445	27.445
				Outros resultados abrangentes		86	86
				Prejuízos acumulados		(10.409)	(9.866)
				Total do patrimônio líquido		31.722	32.265
Total do ativo		57.159	56.859	Total do passivo e do patrimônio líquido		57.159	56.859

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Agro Energia Piauí S.A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Demonstração de resultado

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2017	2016
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas e	12	(275)	(218)
Despesas com fazenda	13	(213)	(338)
Depreciação	7	(7)	(11)
Equivalência patrimonial	5	309	45
Perda no valor recuperável do ativo	6		(30.450)
Outras receitas/(despesas) operacionais	14	83	249
Prejuízo operacional		<u>(103)</u>	<u>(30.723)</u>
Resultado financeiro líquido	15		
Despesas financeiras		(440)	(589)
Receitas financeiras		1	1
		<u>(439)</u>	<u>(588)</u>
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do imposto de renda e da contribuição social			
Imposto de renda			7.612
Contribuição social			2.741
Prejuízo do exercício		<u><u>(542)</u></u>	<u><u>(20.958)</u></u>
Quantidade de ações		14.600	14.600
Prejuízo por ação		(0,0371)	(1,4355)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Agro Energia Piau S.A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Demonstração do resultado abrangente
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2017	2016
Prejuízo do exercício	(542)	(20.958)
Outros resultados abrangentes		
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>(542)</u>	<u>(20.958)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agro Energia Piau S.A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Demonstração de mutação do patrimônio líquido
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>14.600</u>	<u>47.542</u>	<u>86</u>	<u>(9.005)</u>	<u>53.223</u>
Redução pela perda do valor recuperável		(20.097)		20.097	
Prejuízo do exercício				(20.958)	(20.958)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>14.600</u>	<u>27.445</u>	<u>86</u>	<u>(9.866)</u>	<u>32.265</u>
Prejuízo do exercício				(542)	(542)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>14.600</u>	<u>27.445</u>	<u>86</u>	<u>(10.409)</u>	<u>31.722</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Agro Energia Piauí S.A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Demonstração do fluxo de caixa

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos impostos	(542)	(20.958)
Valor residual de venda de ativo		(1)
Depreciação e amortização	7	11
Resultado de equivalência patrimonial	(309)	(45)
Baixa de créditos não recuperáveis		2
Perda de valor recuperável de ativos		30.450
Juros provisionados e não realizáveis	403	587
Prejuízo ajustado	(441)	10.046
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Adiantamento a fornecedores		27
Transação com partes relacionadas		38
Impostos a recuperar	10	11
Outros ativos	(7)	5
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	15	(74)
Transação com partes relacionadas	1.419	832
Obrigações sociais	(14)	(4)
Impostos a recolher	(1)	(10.354)
Provisão para férias	(6)	21
Caixa usado nas atividades operacionais	975	548
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(19)	(115)
Juros sobre capital próprio	23	18
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	4	(97)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos - Banco Nordeste	(973)	(455)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(973)	(455)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	6	(4)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	10
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12	6
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	6	(4)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Agro Energia Piauí S.A (“Companhia”), é uma companhia focada no desenvolvimento de atividades de reflorestamento, com sua sede social na Fazenda Toscana, que fica na PI 141 km 30, em Canto do Buriti – PI.

A Companhia tem prazo indeterminado de duração e teve 99,99% de suas ações adquiridas pelo Fundo de Investimento em Participações Triscorp Ativos Florestais (“FIP TAF”) que é seu acionista controlador.

Na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 23 de fevereiro de 2017, foi aprovado o orçamento considerando apenas a manutenção dos plantios existentes com intenção de preservar os investimentos já realizados.

Dada a decisão de descontinuar os projetos, em virtude da inviabilidade dos empreendimentos por fatos alheios à sua responsabilidade, a Administração coloca seus esforços no sentido de buscar o melhor caminho para desmobilizar seus ativos, em aderência às diretrizes do FIP TAF. A Companhia não possui geração de fluxo de caixa operacional positivo e encontra-se em fase de elaboração do plano de desmobilização e liquidação condicionado à venda de suas áreas e/ou ações. Essas demonstrações financeiras não foram elaboradas considerando o pressuposto de continuidade operacional e devem ser lidas nesse contexto.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

a. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

b. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

c. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

3 Principais políticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação

financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa que incluem depósitos bancários, com risco insignificante de mudança de valor.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e financiamentos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento.

c. Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente a mesma metodologia. Desta forma sendo equiparado ao imobilizado. Por se tratarem de terras, não cabe amortização.

Anualmente a companhia realiza teste de recuperabilidade do ativo (*impairment*), de forma a mensurar se tal ativo deverá ser remensurado por sua perda contábil.

d. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido do custo atribuído, deduzido da depreciação e eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*)

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica estimada dos bens, conforme descrito na Nota 7. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

e. Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e propriedade para investimento – Impairment

A Companhia avalia periodicamente os bens de propriedade para investimento e ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.



O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados - antes dos impostos - gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

f. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

g. Provisão por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda ao valor recuperável.

h. Provisões

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é registrada no resultado, líquida de qualquer reembolso.

A provisão para contingências é constituída para as discussões judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a Administração da Companhia não identificou processos judiciais para reconhecimento de provisões para contingências ou divulgações nas notas explicativas

i. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social – corrente

A tributação sobre o lucro real compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são

demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

j. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

k. Resultado por ação

O resultado por ação é computado pela razão do lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações no exercício.

l. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações foram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

	2017	2016
4 Impostos a recuperar		
INSS a recuperar	78	91
IRRF a recuperar	6	3
Total	<u>84</u>	<u>94</u>

Referem-se aos créditos de INSS gerados por pagamentos realizados pela Companhia a maior em exercícios anteriores. A alíquota não era calculada em cima do percentual de uma empresa rural, gerando assim o crédito.

5 Investimentos

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia detinha 1,6% do capital social da companhia Canto do Buriti Bioeletricidade S.A. ("CBB").

Investida	% de participação	Ativo total	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Total	1,60%	46.729	49.876	43.543	19.296
			Juros sobre capital próprio		
Investida	Saldo em 31/12/2016	Resultado de Equivalência Patrimonial		Saldo em 31/12/2017	
Total	411	309	(23)	697	

6 Propriedades para investimento

Em 2016, os valores das propriedades da Companhia foram mensurados a partir do laudo técnico de avaliação patrimonial contratado junto a empresa CBRE. Ainda em 2016, a Companhia decidiu transferir o saldo do valor justo dos ativos – Terra Nua do grupo de Ativo Imobilizado para o grupo de Propriedades para Investimentos, uma vez que a Companhia encontra-se em fase de liquidação e entende que não irá mais utilizar esse ativos para produção, conforme previsto inicialmente. Em contrapartida, a Companhia registrou uma perda na avaliação do valor justo no resultado do exercício no valor de R\$ 30.449. Conseqüentemente, o saldo da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial foi reduzido contra a conta de prejuízos acumulados, bem como os respectivos impostos diferidos.

	2016
Fazenda Califórnia	8.370
Fazenda Canto do Buriti	15.610
Fazenda Canaã	7.090
Fazenda Montebello	14.720
Fazenda Sertão Verde	2.210
Fazenda Toscana	8.310
Total	56.310

Em 2017, a Companhia contratou novamente a CBRE a qual não evidenciou alterações nos imóveis, os mercados locais não se alteraram. Proprietários e corretores mantiveram ou reduziram os preços pedidos na região. Desta forma, a opinião da CBRE de valor ficou nas mesmas bases da avaliação de 2016, com alguns ajustes no valor de venda forçada. Diante deste cenário, o valor dos ativos em 2017 mantiveram-se os mesmos, pois não foi identificado perda de valor recuperável.

7 Imobilizado

A depreciação de outros ativos é calculada usando a vida útil econômica estimada dos bens, como segue:

	Taxa de Depreciação %	Taxa de Depreciação %	
		2017	2016
Outros Ativos Imobilizados	10 e 20	128	109
(-) Depreciação acumulada		(87)	(79)
		<u>41</u>	<u>30</u>

Movimentação do Imobilizado

Custo Imobilizado	Taxa de Depreciação %				31/12/2017
	31/12/2016	Adições	Transferências	Baixas	
Móveis e Utensílios	12				12
Máquinas e Equipamento/plantio	67	10			77
Veículos	21				21
Outras Imobilizações	9	9			18
Total	<u>109</u>	<u>19</u>			<u>128</u>

Depreciação acumulada

Imobilizado	Taxa de Depreciação %			31/12/2017
	31/12/2016	Adições	Baixas	
Móveis e utensílios	(7)	(1)		(8)
Máquinas e equip para plantio	(65)	(1)		(66)
Veículos	(4)	(2)		(6)
Outras Imobilizações	(7)	-		(7)
Total depreciação	<u>(81)</u>	<u>(6)</u>		<u>(87)</u>
Total	<u>30</u>	<u>13</u>		<u>41</u>

Nota: Outras Imobilizações engloba: instalações, alojamento, almoxarifado e oficina.

8 Empréstimos e Financiamentos

As fontes de recursos são constituídas, basicamente, por captações efetuadas através de empréstimos bancários com banco de desenvolvimento regional e partes relacionadas.

Os empréstimos com o Banco do Nordeste do Brasil estão garantidos pela Companhia com a Fazenda Canto do Buriti.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de fevereiro de 2017, com base em

aprovação prévia do Conselho de Administração na mesma data, a CBB celebrou um contrato de mútuo com a Companhia para quitação parcial da primeira parcela referente a operação B000076201 junto ao BNB com vencimento para o dia 12 de março de 2017 no valor de R\$633 mil.

Em 12 de dezembro de 2017, a Companhia renegociou a dívida junto ao BNB nas seguintes condições:

- Forma de pagamento: 10 prestações anuais e sucessivas com a primeira amortização em 30/11/2021.
- Taxa de juros: 3,5% a.a.

Para viabilizar a operação a Companhia efetuou o pagamento de R\$340 mil referente a taxa de renegociação.

	Taxa de juros anual -%	Juros	
		2017	2016
Instituição Financeira Banco Nordeste do Brasil	3,50%	6.930	7.500
Total		<u>6.930</u>	<u>7.500</u>
Circulante			4.063
Não circulante		6.930	3.437
			Juros incorridos
		2016	2017
Banco Nordeste do Brasil	7.500	(973)	403
	<u>7.500</u>	<u>(973)</u>	<u>403</u>
		6.930	6.930

9 Tributos diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

Representam tributos diferidos calculados sobre o ajuste a valor justo dos terrenos avaliados pela adoção do Custo atribuído (deemed cost), de acordo com o ICPC10 e CPC 32.

Em virtude do estudo de avaliação dos ativos (Nota 6) em 2016, a Companhia contabilizou uma reversão do IR e CS diferidos mediante a perda do valor justo dos ativos apurada. Em 2017 não houve nenhuma alteração no saldo.

Diário Oficial

40



Teresina (PI), Quarta-feira, 2 de maio de 2018 • Nº 81

	2017	2016
Custo Atribuído	114.248	114.248
Cisão	<u>(42.215)</u>	<u>(42.215)</u>
Custo Atribuído Remanescente	72.033	72.033
Provisão de perda a valor justo	<u>(30.449)</u>	<u>(30.449)</u>
Aliquota de IR e CS	<u>34%</u>	<u>34%</u>
IR e CS Diferido	<u>24.491</u>	<u>24.491</u>
Provisão de perda a valor justo	10.352	10.352
Saldo final	<u>14.139</u>	<u>14.139</u>
Ajuste de avaliação patrimonial	<u>27.445</u>	<u>27.445</u>

10 Transações entre partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 existiam as seguintes operações com sociedades ligadas e outras partes relacionadas:

	Passivo	
	2017	2016
Contas a pagar - CBB (a)	1.874	455
Contas a pagar - Credores por venda de imóveis	713	713
Contas a pagar - AEP - Agrícola (b)	<u>1.747</u>	<u>1.747</u>
Total	<u>4.334</u>	<u>2.915</u>
Circulante	3.621	2.202
Não Circulante	713	713

(a) Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de fevereiro de 2017, com base em aprovação prévia do Conselho de Administração na mesma data, a CBB celebrou um contrato de mútuo com a Companhia para quitação parcial do empréstimo junto ao BNB em 09 de março de 2017 no valor de R\$633 mil. O contrato tem vencimento em 09 de março de 2018.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2017, com base em aprovação prévia do Conselho de Administração, a CBB celebrou um contrato de mútuo com a Companhia no valor de R\$818 mil líquido de impostos para pagamento de suas despesas. Em 2017 o valor transferido foi de R\$750 mil. O contrato tem vencimento em 26 de maio de 2019.

(b) Ao longo de 2015 e 2016 a AEP S.A. recebeu e realizou pagamentos por conta e ordem da Companhia, que após encontro de contas gerou um saldo a receber no valor de R\$1.747 mil. Em 2017, não houve movimentação da conta.

11 Patrimônio líquido

a. Capital

O capital social subscrito e integralizado, é composto por 14.600.346 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de titularidade do FIP TAF e 1 ação ordinária, nominativas, sem valor nominal, de titularidade de Ronaldo Giestas Tristão, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
	Número de ações	Número de ações
Triscorp Ativos Florestais	<u>14.600</u>	<u>14.600</u>

A antiga Gestora Triscorp detém direito de aquisição de até 20% de ações do capital social da Companhia, via bônus de subscrição, o valor unitário de cada nova ação será de R\$ 7,44, devidamente atualizado pelo índice IPCA + 6% apurado pro rata die até o momento da efetiva conversão do bônus de subscrição em ações da Agro Energia Piauí S.A. Essa opção não foi exercida até 31 de dezembro de 2017.

b. Ajuste de Avaliação Patrimonial

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são realizados ao resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que eles se referem. Em virtude do estudo de avaliação dos ativos da Companhia (Nota 6), a Companhia registrou uma perda de valor justo no montante de R\$30.450 em 2016, já em 2017 não foi registrada nenhuma alteração nos ativos.

c. Cálculo prejuízo por ação

De acordo com o CPC 41, o cálculo de prejuízo por ação foi realizado pela seguinte divisão:

	2017	2016
Resultado básico por ação		
Prejuízo líquido do exercício	(542)	(20.958)
Média ponderada de ações	14.600	14.600
Prejuízo básico por ação - em Reais	<u>(0,0371)</u>	<u>(1,4355)</u>

12 Despesas gerais e administrativas

	2017	2016
Salários e encargos sociais	(27)	(25)
Serviços de terceiros	(196)	(106)
Legais	(20)	(17)
Outras despesas gerais e administrativas	(32)	(70)
	<u>(275)</u>	<u>(218)</u>

13 Despesas com fazenda	2017	2016
Salários e encargos sociais	(124)	(213)
Insumos	(36)	(18)
Despesas Fundiárias	(33)	(96)
Outras despesas	(20)	(11)
	<u>(213)</u>	<u>(338)</u>

Contas a pagar - Partes relacionadas (nota 10)	4.334	4.334	2.915	2.915
Financiamentos	6.930	6.930	7.500	7.500
Fornecedores	17	17	2	2
	<u>11.281</u>	<u>11.281</u>	<u>10.417</u>	<u>10.417</u>

14 Outras receitas operacionais líquidas

Ao longo de 2017, aproximadamente 50% das despesas referem-se ao reembolso dos funcionários que a Companhia alocou no projeto de P&D para manutenção dos plantios experimentais de eucalipto e que de acordo com o termo de compromisso, a CBB garante reembolsar estas despesas. Sendo assim, estas despesas não foram pagas diretamente pela CBB, e acabavam sendo reembolsadas posteriormente.

Na reunião do Conselho de Administração da CBB realizada no dia 23 de fevereiro de 2017, foi aprovado o orçamento contemplando apenas a manutenção dos plantios existentes, os quais totalizam 122 hectares, partindo da estratégia de redução das despesas sem prejudicar os investimentos já realizados.

15 Resultado financeiro, líquido

	2017	2016
Receitas financeiras		
Juros de aplicações financeiras	<u>1</u>	<u>1</u>
Despesas financeiras		
Juros passivos		
Tarifas bancárias	(1)	(2)
IOF - mútuos com a CBB	(36)	
Juros (a)	<u>(403)</u>	<u>(587)</u>
	<u>(440)</u>	<u>(589)</u>
	<u>(439)</u>	<u>(588)</u>

(a) Refere-se aos juros incorridos nos empréstimos junto ao BNB.

16 Instrumentos financeiros

Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

A classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

	2017		2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	<u>12</u>	<u>12</u>	<u>6</u>	<u>6</u>
	<u>2017</u>	<u>2016</u>		
Passivos financeiros	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo

a. Considerações gerais

A Companhia não possui contratos a termo, opções, swaps com opção de arrendamento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos". A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

b. Risco de crédito

A Companhia não possui exposição a risco de crédito, tendo em vista que não possui contas a receber.

c. Exposição do Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. De acordo com o cenário atual da Companhia, a mesma encontra-se em fase de liquidação condicionada à venda de seus ativos e/ou ações.

d. Risco de Mercado

Exposição do Risco da taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de que a companhia virá incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem valores nominais faturados ou aumentam valores capitados no mercado. A Companhia não está exposta a riscos cambiais.

Exposição do Risco da taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função dos empréstimos. O risco inerente surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes nas taxas de juros.

17 Eventos subsequentes

A Administração da Companhia concluiu, com base nos fatos ocorridos entre 31 de dezembro de 2017 e a autorização das demonstrações financeiras, que não houve eventos subsequentes relevantes que mereçam ser destacados.

Composição da Administração

Ronaldo Giestas Tristão
Diretor Presidente

Gabriela de Andrade Laba
Diretora Financeira

Responsável Técnico
Ronaldo Francisco dos Santos
Contador CRC- 080.719/O-1

P. P. 23583



Canto do Buriti Bioeletricidade S.A.

Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil 31 de dezembro de 2017 e relatório do auditor independente

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Aos Administradores e Acionistas
Canto do Buriti Bioeletricidade S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Canto do Buriti Bioeletricidade S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Canto do Buriti Bioeletricidade S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, que descreve que o pressuposto de continuidade operacional da Companhia, base para a elaboração das demonstrações financeiras, não é mais apropriada devido à inviabilidade do empreendimento por fatos alheios à sua responsabilidade.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Processo administrativo - ANEEL</p> <p>Conforme descrito na nota explicativa 1, a Companhia possuía um processo administrativo em aberto junto à ANEEL, referente à revogação da outorga e aguarda apenas o desfecho deste processo administrativo para o encerramento de suas operações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.</p>	<p>Com base na resposta do advogado Baggio e Costa e Filho, ao procedimento de circularização, verificamos que este processo foi transitado e julgado com multa de R\$ 4.694.070, ora liquidados em 11/12/17 (provisão de R\$ 23.870). Tal processo foi encerrado. O impacto da reversão da provisão no resultado foi de R\$ 19.176.</p>

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Canto do Buriti Bioeletricidade S.A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Balanco patrimonial

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	34.957	6.645	Fornecedores		34	10
Partes relacionadas	5	2.145		Obrigações trabalhistas e sociais		23	22
Tributos a recuperar		923		Tributos a recolher		14	53
Outros ativos		34	3	Provisões com honorários advocatícios	6	3.048	
Total do circulante		38.059	6.648	Provisões para contingências	6		23.870
				Total do circulante		3.119	23.955
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Títulos e valores mobiliários			34.393	Outros passivos		66	66
CCR - partes relacionadas	5		8.067	Total do não circulante		66	66
Contas a receber com partes relacionadas	5	8.560	455				
Imobilizado		110	143	Patrimônio líquido	7		
Total do não circulante		8.670	43.058	Capital social		49.876	49.876
				Prejuízos acumulados		(6.332)	(24.191)
				Total do patrimônio líquido		43.544	25.685
Total do ativo		46.729	49.706	Total do passivo e do patrimônio líquido		46.729	49.706

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2018

Opes Consultoria Financeira e Contábil Ltda.
Auditores Independentes
CRC RJ-007.230/O-1

Oswaldo Henrique Santos Sales
Contador CRC RJ 109.061/O



Canto do Buriti Bioeletricidade S.A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Demonstração de resultado

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2017	2016
Receitas/(despesas)			
Despesas operacionais e gerais e administrativas	9	(4.165)	(1.445)
Depreciação		(33)	(28)
Receitas com reversão de provisão	6	19.176	(400)
Outras receitas/(despesas) operacionais		2	(7)
Prejuízo operacional		14.980	(1.880)
Resultado financeiro líquido			
	10		
Despesas financeiras		(8)	(13)
Receitas financeiras		4.324	5.289
		4.316	5.276
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do imposto de renda e da contribuição social			
Imposto de renda	8		(439)
Contribuição social	8		(166)
Prejuízo do exercício		19.296	2.791
Quantidade de ações		50.000	50.000
Prejuízo por ação		0,3859	0,0558

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Canto do Buriti Bioeletricidade S.A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Demonstração do resultado abrangente

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2017	2016
Prejuízo do exercício	19.296	2.791
Outros resultados abrangentes		
Total dos resultados abrangentes do exercício	19.296	2.791

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de mutação do patrimônio líquido
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	49.876			(25.829)	24.047
JCP distribuídos				(1.153)	(1.153)
Lucro líquido do exercício				2.791	2.791
Saldo em 31 de dezembro de 2016	49.876			(24.191)	25.685
JCP distribuídos				(1.437)	(1.437)
Lucro líquido do exercício				19.296	19.296
Saldo em 31 de dezembro de 2017	49.876			(6.332)	43.544

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Canto do Buriti Bioeletricidade S.A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Demonstração do fluxo de caixa
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/prejuízo antes dos impostos	19.296	2.791
Depreciação e amortização	33	28
Juros provisionados e não pagos	(493)	
Juros sobre aplicação financeira	(3.383)	(4.229)
Valor líquido de bens baixados		60
Provisão para contingências	(19.176)	400
Prejuízo ajustado	(3.723)	(950)
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Impostos a recuperar	(923)	1
Outros ativos	(32)	6
Partes relacionadas	(1.690)	
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	24	(35)
Obrigações sociais	1	(5)
Impostos a recolher	(39)	(27)
Contingências pagas - (ANEEL)	(4.694)	
Outras provisões	3.048	
Caixa usado nas atividades operacionais	(8.028)	(1.010)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado / intangível		(166)
Resgate de aplicação financeira	4.709	
Transação com partes relacionadas		(455)
Transferência de aplicação CP LP	33.068	
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	37.777	(621)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Juros sobre capital próprio a pagar	(1.437)	(1.153)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(1.437)	(1.153)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	28.312	(2.784)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.645	9.429
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	34.957	6.645
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	28.312	(2.784)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Canto do Buriti Bioeletricidade S.A. (“Companhia” ou “CBB”) é uma sociedade por ações, que foi constituída em 19 de dezembro de 2011 e está situada na Fazenda Cantodo Buriti, 141 km, nº 22, Zona Rural, município Canto do Buriti, estado do Piauí, cujo objeto social exclusivo é a geração e o suprimento ou comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração da usina termelétrica denominada UTE Canto do Buriti.

A Companhia participou e saiu vencedora do Leilão nº 06/2013 (“Leilão A-5”) - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), realizado em 29 de agosto de 2013, tendo ofertado lance de R\$ 136,69 por MWh, para 1.191 lotes de energia. Em uma primeira etapa, pré-leilão, a Companhia ofereceu garantia de participação no valor aproximado de R\$ 4,7 milhões em favor da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Tal garantia foi, após o Leilão, substituída pela Garantia de Fiel Cumprimento, no valor aproximado de R\$ 23.400. Ambos os valores foram reconhecidos e reportados em seus respectivos exercícios.

Como decorrência do Leilão, foi publicado no Diário Oficial a autorização do Canto do Buriti pelo Ministério de Minas e Energia (MME) a estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração da central geradora termelétrica denominada UTE Canto do Buriti, totalizando 150.000kW de capacidade instalada e 119.100kW médios de garantia física de energia, utilizando cavaco/resíduo de madeira como combustível.

Devido à impossibilidade de viabilização do empreendimento por fatos alheios à sua responsabilidade, no dia 30 de abril de 2015, a Companhia apresentou à Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração (SCG) pedido de revogação de outorga da UTE Canto do Buriti com solicitação de liberação total da garantia de fiel cumprimento e isenção de penalidades regulatórias decorrentes da não execução do projeto. Informou, ainda, que não pretendia mais assinar os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs.

Com mais de 2 anos de negociação do processo administrativo junto a ANEEL referente ao pedido de revogação da outorga supracitado, em 20 de dezembro de 2017 foi emitido o Ofício da ANEEL nº 1219/2017 – SCG autorizando a liberação da garantia. Sua diretoria decidiu aplicar uma multa de 1% do valor do investimento à CBB e liberar a garantia de fiel cumprimento após o pagamento da multa, conforme extrato de decisão abaixo:

“A Diretoria, por unanimidade, decidiu: (i) aplicar à Canto do Buriti Bioeletricidade S.A. penalidade de multa no valor de R\$ 4.694.070,00 (quatro milhões, seiscentos e noventa e quatro mil e setenta reais), equivalente a 1% (um por cento) do valor do investimento declarado à Empresa de Pesquisa Energética – EPE, conforme item 16.2 do Capítulo 16 – Das Penalidades, do Edital de Leilão nº 6/2013; (ii) determinar que, em caso de inadimplemento da obrigação estabelecida no item “i”, a respectiva Garantia de Fiel Cumprimento deverá ser executada em valor suficiente para a quitação da multa; e (iii) determinar que, confirmado o pagamento da multa especificada em “i”, a Garantia de Fiel Cumprimento deverá ser liberada.”

Em 2017 a Companhia manteve os investimentos já realizados em florestas de eucalipto e espécies nativas destinados à silvicultura e à produção de biomassa, com objetivo de identificar as variedades que mais se adaptem às regiões, além da definição das melhores técnicas de nutrição e manutenção de florestas a fim de obter os melhores resultados nas fazendas.

Em total aderência às determinações dos acionistas da Companhia a Administração cumpre o mandato de descontinuar com as operações da Companhia.

2 Base de preparação para as demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas considerando a Companhia no encerramento de suas operações e seus ativos e passivos foram reconhecidos e mensurados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para Companhias nessa situação.

a. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

b. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

c. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

i. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos. A Companhia não possui passivos financeiros.

ii. Provisões

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é registrada no resultado, líquida de qualquer reembolso.

A provisão para contingências é constituída para as discussões judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

iii. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social – corrente

A tributação sobre o lucro real compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

iv. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

v. Resultado por ação

O resultado por ação é computado pela razão do lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações no exercício.

vi. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações foram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

4 Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras são resgatáveis a qualquer momento, sem perda do rendimento auferido, de acordo com a necessidade de caixa da Companhia e são efetuadas com bancos de primeira linha (Bradesco e Santander).

	2017	2016
Caixa	50	56
Aplicação financeira - Operações Compromissadas	1.839	6.589
Aplicação financeira - LFT 210100	33.068	
Total	34.957	6.645

a. Operações Compromissadas

A Companhia estruturou suas aplicações financeiras parte em operações compromissadas com lastro em debêntures e rendimento de 98% do CDI e operações compromissadas com rendimento de 101,5% do CDI.

	2016	Resgates	Rentabilidade	2017
Movimentação - Aplicação Financeira	6.589	(5.196)	446	1.839

b. LFT 210100

Aplicações que foram aportadas como garantia de fiel cumprimento em benefício da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) como parte das obrigações assumidas no leilão A-5 2013.

Com o resultado positivo do processo de revogação da outorga junto à ANEEL, a aplicação foi liberada para a Companhia utilizar os recursos quando necessário passando a ser classificada no curto prazo.

Referem-se a Letras Financeiras do Tesouro Nacional, com as seguintes características:

Título:	LFT 210100
Emissor:	Secretaria do Tesouro Nacional MF
Emissão:	18/07/2014
Vencimento:	01/09/2020
Remuneração:	SELIC 100
Quantidade em dez/17:	3.562

	2017	2016
Valor das P.U	R\$ 9.283,46	R\$ 8.442,11
Valor aplicado	R\$ 23.009.991,92	R\$ 26.317.436,01
Valor atualizado	R\$ 33.067.673,88	R\$ 34.393.166,44

R\$ mil	2016	Resgates	Rentabilidade	2017
Movimentação - Aplicação Financeira	34.393	(4.709)	3.384	33.068

5 Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 existiam as seguintes operações com sociedades ligadas e outras partes relacionadas:

	Ativo	
	Contas a Receber	
	2017	2016
CPR - AEP Agrícola S.A. (a)		8.067
Nota Promissória - AEP Agrícola S.A. (a)	8.560	
Mútuo - AEP Agrícola S.A. (b)	271	
Mútuo - Agro Energia Piauí S.A. (c)	1.874	455
	10.705	8.522

- (a) O ativo no montante de R\$ 8.067 com a CBB em 2016 decorre da emissão de crédito de produto rural (CPR) no total de R\$ 9.000 que também tinha por objetivo levantar recursos para produção de soja e milho, a qual seriam entregues em mercadoria quando tivesse a colheita. Em 25 de abril de 2017 a CBB celebrou o Instrumento Particular de Confissão de Dívida nas seguintes condições: (i) a AEP Agrícola confessa dever a CBB o valor de R\$8.067; (ii) sobre o valor da dívida incidirão juros de 9% a.a. a serem pagos juntamente com o valor principal da dívida em uma única parcela no dia 05 de maio de 2019; e (iii) serão mantidas todas as garantias oferecidas no âmbito da CPR.
- (b) Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2017, com base em aprovação prévia do Conselho de Administração, a CBB celebrou um contrato de mútuo com a empresa AEP Agrícola. Os valores já foram 100% desembolsados para a AEP Agrícola e o contrato tem vencimento em 03 de fevereiro de 2019.
- (c) Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de fevereiro de 2017, com base em aprovação prévia do Conselho de Administração na mesma data, a CBB celebrou um contrato de mútuo com a Agro Energia Piauí para quitação parcial do empréstimo junto ao BNB em 09 de março de 2017 no valor de R\$633 mil. O contrato tem vencimento em 09 de março de 2018.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2017, com base em aprovação prévia do Conselho de Administração, a CBB celebrou um contrato de mútuo com a Companhia no valor de R\$818 mil líquido de impostos para pagamento de suas despesas. Em 2017 o valor transferido foi de R\$750 mil. O contrato tem vencimento em 26 de maio de 2019.

Não existem transações com partes relacionadas na pessoa física dos sócios.



6 Provisão para contingência e Outras provisões

Em 2016, seguindo a orientação do advogado externo da Companhia, a Diretoria da Companhia manteve a constituição de provisão para perdas no valor equivalente à Garantia de Fiel Cumprimento, ou seja, R\$ 23.870 mil. Em 2017, o resultado positivo do processo de revogação da outorga junto à ANEEL resultou uma receita com reversão da provisão no valor de R\$19.176 mil visto que a penalidade da multa foi reduzida para R\$4.694 mil.

	2017	2016
Provisão para contingências		23.870
Outras provisões (a)	3.048	
Total	3.048	23.870

(a) Provisão da remuneração variável dos honorários advocatícios referente ao processo da ANEEL. O pagamento foi realizado no dia 04 de janeiro de 2018.

7 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi de R\$50.000 mil dividido em 50.000 mil ações, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, estando assim distribuído:

	2017	2016
	Número de ações	Número de ações
Agro Energia Piauí S.A.	800	800
Triscorp Ativos Florestais Fundo de Investimentos	49.200	49.200
	50.000	50.000

Cada ação ordinária concede o direito a um voto nas deliberações da assembleia geral.

A antiga Gestora Triscorp detém o direito de aquisição de até 20% do número total de ações da Canto do Buriti Bioeletricidade S.A. via bônus de subscrição. O valor unitário de cada nova ação a ser subscrita pela Triscorp será de R\$ 0,016. Essa opção não foi exercida até 31 de dezembro de 2017.

b. Destinação legal do lucro líquido do exercício

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apurou um lucro no valor de R\$19.296, que foi integralmente absorvido pelos prejuízos acumulados de períodos anteriores.

c. Distribuição de juros sobre capital próprio

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de maio de 2017, a Companhia deliberou a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor de R\$395 mil calculado na data base março/2017 e foram pagos integralmente em maio/17.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de agosto de 2017, a Companhia deliberou a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor de R\$203 mil, calculado na data base julho/2017 e foram pagos integralmente em agosto/17.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de outubro de 2017, a Companhia deliberou a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor de R\$444 mil, calculado na data base agosto/2017 e foram pagos integralmente em outubro/17.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de dezembro de 2017, a Companhia deliberou a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor de R\$444 mil, calculado na data base novembro/2017 e foram pagos integralmente em dezembro/17.

2017	Maio	Agosto	Outubro	Dezembro	Total
JSCP a distribuir	395	203	395	444	1.437
JSCP por ação	0,0079	0,0041	0,0079	0,0089	0,0287

ACIONISTAS	Ações (milhares)		%		Maio	Agosto	Outubro	Dezembro	Total
Agro Energia Piauí S.A.	800	1,60%	6	3	6	7	7	23	
Triscorp Ativos Florestais Fundo de Investimentos	49.200	98,40%	389	200	389	437	1.414		
Total	50.000	100,00%	395	203	395	444	7		

8 Imposto de renda e contribuição social

Resultado de imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social calculados às alíquotas nominais e efetivas para os exercícios de 2017 e 2016 são apresentados a seguir:

	2017	2016
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	19.296	3.396
Adições e exclusões ao cálculo do imposto de renda e da contribuição social		
(+) Despesas não dedutíveis		400
(-) Exclusão JSCP	(1.437)	(1.153)
(-) Outras deduções	(19.176)	(793)
Lucro Real e base de cálculo de IR e CSLL	(1.317)	1.850
Imposto de renda à alíquota de 15%		278
Imposto de renda à alíquota adicional de 10%		161
Contribuição social à alíquota de 9%		167
Despesa de imposto de renda e contribuição social		605
Alíquota efetiva sobre o resultado antes dos impostos	34%	18%

9 Despesas operacionais e gerais e administrativas

	2017	2016
Despesas com P&D	(10)	(39)
Serviços de terceiros		(32)
Despesas com viagem		(3)
Insumos e fretes	(10)	(4)
Despesas com Fazenda	(326)	(610)
Serviços de terceiros (a)	(162)	(340)
Salários e encargos sociais (b)	(73)	(99)
Despesas c/ veículos e maquinários	(56)	(46)
Energia, Internet e Telefone	(16)	(17)
Material de uso e consumo e gastos c/ infraestrutura	(5)	(56)
Outros gastos	(14)	(52)
Continua...		
Despesas Gerais e Administrativas	(3.829)	(796)
Salários e encargos sociais	(174)	(185)

Serviços de terceiros (c)	(3.319)	(258)
Impostos, Taxas e Contribuições	(236)	(249)
Viagens e estadias	(16)	(45)
Outros gastos	(84)	(59)
	<u>(4.165)</u>	<u>(1.445)</u>

- (a) Principalmente equipe operacional alocada na fazenda para realizar a manutenção dos plantios existentes de eucalipto.
- (b) Gerente Florestal para supervisionar os investimentos já realizados.
- (c) Serviços contábeis, auditoria, advogados e assessoria financeira. O aumento significativo da despesa refere-se a remuneração variável no valor de R\$3.048 dos honorários advocatícios a serem pagos na primeira semana de janeiro de 2018 referente a finalização do processo administrativo junto a ANEEL.

10 Resultado financeiro, líquido

	2017	2016
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	3.830	5.287
Juros sobre notas promissórias	493	
Outros	1	2
	<u>4.324</u>	<u>5.289</u>
Despesas financeiras		
Juros passivos	(5)	(2)
Imposto sobre operações financeiras		(9)
Outras despesas financeiras	(3)	(2)
	<u>(8)</u>	<u>(13)</u>
	<u>4.316</u>	<u>5.276</u>

11 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

A classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

Ativos financeiros	2017		2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	1.889	1.889	6.645	6.645
Títulos e valores mobiliários	33.068	33.068	34.393	34.393
Mútuos com partes relacionadas	2.145	2.145	455	455
Certificado de Produção Rural - CPR			8.067	8.067
Notas Promissórias	8.560	8.560		
	<u>45.662</u>	<u>45.662</u>	<u>49.560</u>	<u>49.560</u>
Passivos financeiros				
Fornecedores	34	34	10	10
	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>10</u>	<u>10</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

a. Considerações gerais

A Companhia não possui contratos a termo, opções, swaps com opção de arrendamento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos". A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósito de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação a suas obrigações, seja para a sua posição de disponibilidades.

b. Risco de liquidez

A parcela dos recursos da Companhia aplicada em notas promissórias e mútuos está exposta a baixa ou inexistente demanda e negociabilidade destes títulos. Nestas condições, a Companhia poderá enfrentar dificuldades em liquidar ou negociar estes títulos no preço e prazo pactuados e, conseqüentemente, estará sujeita a perdas financeiras.

c. Risco de crédito

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras) são distribuídas em instituições de primeira linha com aplicações em renda fixa.

A parcela dos recursos da Companhia aplicada em notas promissórias e mútuos com partes relacionadas está sujeita ao risco de crédito da emissora destes títulos, isto é, existe a possibilidade de atraso e/ou não recebimento do valor aplicado nesses ativos. Caso ocorram esses eventos, a Companhia poderá (i) ter reduzida a sua rentabilidade, (ii) eventualmente, sofrer perdas financeiras até o limite das operações contratadas e não liquidadas e (iii) ter de provisionar a desvalorização do ativo.

d. Risco da taxa de juros

O risco inerente da taxa de juros das aplicações financeiras indexadas ao CDI e Selic surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes no presente cenário macroeconômico.

12 Eventos subsequentes

No dia 04 de Janeiro de 2018, a Companhia efetuou o pagamento ao escritório advocatício Baggio e Costa Filho no valor de R\$3.048 referente a remuneração variável da finalização do processo administrativo junto a ANEEL.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de fevereiro de 2018, a Companhia deliberou a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor de R\$305 mil, calculado na data base dezembro de 2017 e foram pagos integralmente em fevereiro de 2018.

Composição da Administração

Gabriela Laba
Diretora Administrativa

Ronaldo Tristão
Diretor Operacional

Responsável técnico
Ronaldo Francisco dos Santos
Contador CRC-RJ080.719/0-1

P. P. 23584



FICHA TÉCNICA

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ
José Wellington Barroso de Araújo Dias

VICE-GOVERNADOR
Margarete de Castro Coelho

SECRETARIA DE GOVERNO
Ariane Sídia Benigno Silva Felipe

SECRETARIA DA FAZENDA
Rafael Tajra Fonteles

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Helder Sousa Jacobina

SECRETARIA DA SAÚDE
Florentino Alves Veras Neto

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Rubens da Silva Pereira

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
José Ricardo Pontes Borges

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
Patrícia Vasconcelos Lima

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
Antonio Rodrigues de Sousa Neto

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
Roberto Aslay de Araújo Barros

SECRETARIA DAS CIDADES
Gustavo Henrique Mendonça Xavier de Oliveira

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO
Raimundo José Reis de Castro

SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO
Rosalena Maria de Medeiros Ferreira

SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
Ana Paula Mendes de Araújo

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS
Daniel Carvalho Oliveira Valente

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA
Deusval Lacerda de Moraes

SECRETARIA DOS TRANSPORTES
Guilhermano Pires Ferreira Correa

SECRETARIA DO TURISMO
Bruno Ferreira Correia Lima

SECRETARIA DE DEFESA CIVIL
Raimundo Coelho de Oliveira Filho

SECRETARIA PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Mauro Eduardo Cardoso e Silva

SECRETARIA DE MINERAÇÃO, PETRÓLEO E ENERGIAS RENOVÁVEIS
André Luiz Feitosa Quixada

SECRETARIA ESTADUAL DE CULTURA
Marlenides Lima da Silva

PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
Plínio Clerton Filho

CONTROLADOR GERAL DO ESTADO
Nuno Kauê dos Santos Bernardes Bezerra

DIRETOR DO DIÁRIO OFICIAL
Raimundo Nonato de Oliveira

www.diariooficial.pi.gov.br

TABELA DE PREÇOS

Preço da Linha - R\$ 3,50: para linhas de 10 cm de largura, fonte 10
63 (sessenta e três) caracteres

ASSINATURA SEMESTRAL DO DIÁRIO OFICIAL

Sem remessa postal - R\$ 178,00
Com remessa postal - R\$ 261,00

ASSINATURA ANUAL DO DIÁRIO OFICIAL

Sem remessa postal - R\$ 306,00
Com remessa postal - R\$ 499,00

PREÇO DO DIÁRIO OFICIAL

Número Avulso até 30 dias - R\$ 2,50
Exemplar Superior a 30 dias (busca) - R\$ 3,50
Exemplar Superior a 30 dias (busca) e xerox autenticada - R\$ 7,00

PAGAMENTO NA ENTREGA DA MATÉRIA

IMPORTANTE: Os originais não serão aceitos com rasuras ou palavras ilegíveis e devem ser entregues digitados em papel formato ofício e em meio magnético (CD ou Pen Drive), sem espaço, de um só lado.

HORÁRIO DE RECEBIMENTO DE EXPEDIENTE PARA PUBLICAÇÃO:
de 2ª a 6ª feiras de 7:30 às 13:30h

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PIAUÍ - ESCRITÓRIOS E OFICINAS
Praça Marechal Deodoro, 774 - Telefones: (86) 3221-3531 / 3223-5557

DIÁRIO OFICIAL ON-LINE

Compromisso com a Ética e a Transparência

UM MOSQUITO
NÃO É MAIS
FORTE QUE UM
PAÍS INTEIRO.



#ZIKAZERO